

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
ORIENTADOR: Prof. Dr. TIMOTHY DENIS IRELAND  
DISCENTE: AMANDA AMÁVEL SILVA DE MESQUITA**

**CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NAS PRÁTICAS  
EDUCATIVAS NO CONTEXTO DAS LIGAS CAMPONESAS DE SAPÉ**

**JOÃO PESSOA - PB  
2021**

AMANDA AMÁVEL SILVA DE MESQUITA

CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NAS PRÁTICAS  
EDUCATIVAS NO CONTEXTO DAS LIGAS CAMPONESAS DE SAPÉ

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
como requisito à obtenção do título de  
Licenciatura Plena em Pedagogia,  
Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Timothy Denis  
Ireland.

**JOÃO PESSOA - PB**  
**2021**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

M582c Mesquita, Amanda Amavel Silva de.

Contribuições do pensamento de Paulo Freire nas práticas educativas no contexto das ligas camponesas de Sapé / Amanda Amavel Silva de Mesquita. - João Pessoa, 2021.

79 f.

Orientação: Timothy Denis Ireland.

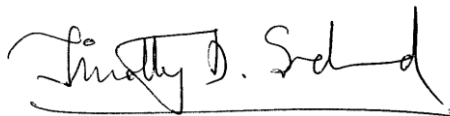
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Educação jovens e adultos. 2. Ligas camponesas - Sapé. 3. Campanha de Alfabetização Popular. 4. Paulo Freire - práticas educativas. I. Ireland, Timothy Denis. II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 374.7(043.2)

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Timothy Denis Ireland  
Orientador – UFPB

---

Prof. Dra. Quézia Vila Flor Furtado  
Examinadora - UFPB

---

Prof. Dr. Leônicio José Gomes Soares  
Examinador - UFMG

Data da defesa: 29 de junho de 2021

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho a todas as pessoas que passaram pela minha vida acadêmica, colegas de turma, professores (as) e monitores, que de formas indireta ou direta me incentivaram a chegar até minha formação.

## **Agradecimentos**

Agradeço a todos que contribuíram na minha jornada acadêmica, em especial: A meu Deus, que me sustentou nos momentos mais difíceis, me trouxe calma e luz. Agradeço aos meus pais que me deram a oportunidade de vir ao mundo, me tornar a pessoa que sou hoje, a dar o que tinha e o que não tinha por mim, principalmente a minha mãe, Maria Da guia Silva de Mesquita, uma mulher guerreira, que sempre me educou, brigou quando necessário e deu o seu melhor, para me tornar a pessoa que sou hoje.

Agradeço a minha vó/mãe Amável Lira da Silva, que não está mais aqui na terra, mais de onde estiver está olhando por mim, meu exemplo de vida, me proporcionou os melhores ensinamentos, que carrego em minha mente e em meu coração.

Agradeço a meu esposo André Ferreira que desde o início do curso esteve comigo, me incentivou, me deu força para sempre persistir.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Timothy Denis Ireland, pelos ensinamentos, pela orientação, paciência e incentivo, teve papel fundamental na construção do meu trabalho.

Agradeço a todos que contribuíram, e se disponibilizaram a ajudar na minha pesquisa, através de indicação de leituras, entrevistas, incentivo e disponibilidade de tempo. Em especial a professora e ex-membro da CEPLAR Dorinha Porto e o Médico Psicanalista e também ex-membro da CEPLAR Everaldo Junior.

Gratidão!

## RESUMO

Este trabalho de pesquisa consiste em um estudo sobre as contribuições do pensamento/método de Paulo Freire no contexto das Ligas Camponesas de Sapé. As contribuições de Freire partiram de um método de alfabetização que trazia em si uma compreensão crítica-política da educação, destinada à classe de jovens e adultos analfabetos, sua finalidade era tornar o sujeito “oprimido” livre da submissão do “opressor”, por meio de educação que o levasse a ter sua visão e compreensão de mundo. As Ligas Camponesas foi um dos maiores movimentos que o Brasil já teve formado por camponeses que tinham como finalidade lutar por direitos básicos de todo cidadão, além da reforma agrária/direito a terra. Em geral eram camponeses analfabetos, “esquecidos” pela sociedade, e que encontraram nas Ligas um lugar de fala e luta. A ligação entre o “método” de alfabetização Paulo Freire e as Ligas Camponesas deu-se através da CEPLAR- Campanha de Alfabetização Popular, que foi um pequeno, mas expressivo movimento de educação popular presente na Paraíba, ocorrido entre os anos de 1960 a 1964. Com o golpe da ditadura civil- militar em 31 de março de 1964, a CEPLAR e as Ligas Camponesas tiveram fim, e Paulo Freire foi exilado. Mesmo com o “fim” esses expressivos movimentos, deixaram um legado de luta e conquistas na história.

**Palavras-chaves:** Ligas Camponesas - Paulo Freire - CEPLAR - Ditadura-militar - Alfabetização de Jovens e Adultos

## **ABSTRACT**

This research is a study of the contribution of the thinking/method of Paulo Freire in the context of the Peasants' Leagues of Sapé. The contributions of Freire are based on a literacy method which promotes a critical-political comprehension of education, destined to young and adult illiterates. Its objective was to make the 'oppressed' subject free from subjection to the 'oppressor', by means of a process of education which stimulated a critical vision and understanding of the world. The Peasants' Leagues were one of the largest movements that Brazil has experienced made up of peasants whose goal was to fight for basic citizen rights, in addition to an agrarian reform based on the right to land. Many of the peasants were illiterate, the 'forgotten' of society, who discovered in the Leagues a place of struggle and freedom of speech. The link between the Paulo Freire literacy method and the Peasants' Leagues was provided by CEPLAR – Campaign of Popular Education – which was a small but expressive movement of popular education present in the state of Paraíba, in the period between 1960 and 1964. With the Civil-Military Coup of 31<sup>st</sup> March 1964, CEPLAR and the Peasants Leagues came to an end, and Paulo Freire was exiled. Even with the demise of these expressive movements, we affirm that they left a legacy of conquests and an example of struggle for history.

**Key words:** Peasants' Leagues – Paulo Freire – CEPLAR – Military Dictatorship – Youth and Adult Literacy.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AP** – Ação Popular

**AUC**- Associação Universitária Católica

**ACB** – Ação Católica Brasileira

**CEPLAR** - Campanha de Educação Popular

**JEC**- Juventude Estudantil Católica

**JOC**- Juventude Operária Católica

**JUC**- Juventude Universitária Católica

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**MIEC** – Movimento Internacional dos Estudantes Católicos

**PT**- Partido dos Trabalhadores

**SESI** – Serviço Social da Indústria

**SUDENE** - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**UFPB** - Universidade Federal da Paraíba

**UFPE** – Universidade Federal de Pernambuco

**UNE** – União Nacional dos Estudantes

**UNICAMP** – Universidade Estadual de Campinas

## SUMÁRIO

|                                                               |           |
|---------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1- Introdução .....</b>                                    | <b>10</b> |
| 1.1. Justificativa.....                                       | 10        |
| 1.2. Metodologia.....                                         | 11        |
| 1.3. Instrumentos de pesquisa .....                           | 12        |
| 1.4. Contextualização .....                                   | 13        |
| <b>2- Contexto histórico .....</b>                            | <b>16</b> |
| <b>3- Motivações para a criação das Ligas Camponesas.....</b> | <b>19</b> |
| <b>4- As Ligas Camponesas na Paraíba.....</b>                 | <b>21</b> |
| 4.1 Fundação das Ligas Camponesas de Sapé.....                | 22        |
| <b>5 – Campanha de Educação Popular – CEPLAR.....</b>         | <b>26</b> |
| 5.1 Juventude Universitária Católica .....                    | 26        |
| 5.2 Processo de fundação da CEPLAR. ....                      | 29        |
| 5.3 Atuação da CEPLAR.....                                    | 32        |
| <b>6- O educador Paulo Freire .....</b>                       | <b>35</b> |
| 6.1 A pedagogia de Paulo Freire.....                          | 37        |
| 6.2 Experiência de Angicos. ....                              | 41        |
| 6.3 O método de Paulo Freire junto a CEPLAR. ....             | 43        |
| <b>7 - A CEPLAR e as Ligas Camponesas .....</b>               | <b>45</b> |
| <b>8- O Golpe Civil- militar.....</b>                         | <b>47</b> |
| <b>9- Considerações Finais .....</b>                          | <b>52</b> |
| Referências.                                                  |           |
| Anexos.                                                       |           |

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. Justificativa

Tendo em vista meu interesse por temas históricos e principalmente os que estejam relacionados à história da Paraíba ou Nordeste, ainda no início do curso de Pedagogia, comecei a despertar a vontade de fazer meu trabalho de conclusão de curso sobre assuntos que me remetessem a essa área. O desejo para este enfoque partiu principalmente das disciplinas de História da Educação I e II, onde pude conhecer um pouco sobre a história da educação na Paraíba, Ligas Camponesas, Movimentos Sociais e Tendências Pedagógicas. Assim, optei em aprofundar meus conhecimentos e realizar a minha pesquisa abordando uma temática que envolvesse história local da Paraíba, com enfoque em educação e movimentos sociais.

Outro motivo da minha escolha de pesquisa foi o interesse em conhecer mais o legado histórico da cidade em que morei a maior parte de minha vida, a cidade de Sapé, que tem como forte marco histórico local e mundial, as Ligas Camponesas de Sapé. As Ligas de Sapé foram criadas por camponeses com o intuito de lutar pelos seus direitos, tendo como principais reivindicações, uma reforma agrária, reconhecimento de classe, direitos e condições mínimas de sobrevivência.

Na busca do conhecimento voltado para área mais pedagógica busquei pesquisar sobre um dos mais relevantes educadores brasileiros, o pernambucano Paulo Freire, que para além de uma referência no meio educacional e um exemplo de ser humano, que dedicou sua vida em busca de conhecimento não só para si, mais para o outro. Dessa forma, dediquei-me a pesquisar se Paulo Freire com sua filosofia educacional teria alguma ligação com as experiências educacionais existentes nas Ligas Camponesas.

Ao decorrer dos meus estudos outros elementos foram surgindo e dando sustentação para minha pesquisa, como a história da CEPLAR (Campanha de Educação Popular), que foi um movimento voltado para o social que surgiu em João Pessoa e se espalhou por toda Paraíba, no qual teve extrema importância na ligação entre a Pedagogia de Paulo Freire e as Ligas Camponesas de Sapé.

Sabe-se muito sobre a Pedagogia de Paulo Freire no Brasil e no mundo, mas o que me instigou foi compreender como o método de alfabetização desse educador tão marcante da educação brasileira, se deu nas práticas educacionais dentro de um

dos maiores movimentos sociais que o Brasil já teve, que foi as Ligas Camponesas, e como Paulo Freire diretamente ou indiretamente impactou na vida dessas pessoas, qual legado político, sócio econômico dessa pedagogia inovadora na educação de jovens e adultos e, conseqüentemente, como isso interferiu no cenário brasileiro da época e nos dias atuais. Esse é o foco de reflexão da minha pesquisa acadêmica.

## 1.2. Metodologia

Os métodos de pesquisa utilizados no meu trabalho foram de caráter exploratório, pelo qual busco conhecer mais sobre as contribuições do pensamento de Paulo Freire nas práticas educacionais das Ligas Camponesas de Sapé, e me aprofundar nesse conteúdo. Para isso, utilizei informações e contribuições de fontes primárias (por meio de entrevistas/ pesquisa de campo) e fontes secundárias (revisão bibliográfica em livros, revistas, documentos online, documentários e filmes). Conforme o autor Selltiz et al. (1965), e citado por Oliveira (2011):

[...] enquadram-se na categoria dos estudos exploratórios todos aqueles que buscam descobrir ideias e intuições, na tentativa de adquirir maior familiaridade com o fenômeno pesquisado. Nem sempre há a necessidade de formulação de hipóteses nesses estudos. Eles possibilitam aumentar o conhecimento do pesquisador sobre os fatos, permitindo a formulação mais precisa de problemas, criar novas hipóteses e realizar novas pesquisas mais estruturadas. Nesta situação, o planejamento da pesquisa necessita ser flexível o bastante para permitir a análise dos vários aspectos relacionados com o fenômeno.

A pesquisa teve caráter qualitativo, ao buscar compreender fenômenos por meio de dados narrativos e subjetivos, de experiências pessoais e coletivas de um determinado grupo. A pesquisa qualitativa refere-se também a uma pesquisa de campo, contato direto do pesquisador com o meio a ser pesquisado (não foi muito propício a pesquisa de campo nesse período de pandemia a qual estamos enfrentando, pois dificultou em alguns momentos o contato pessoal com os entrevistados e campo de pesquisa dos espaços físicos, tanto para minha segurança como do entrevistado. Conseqüentemente, a maneira mais viável foi utilizar recursos online e telefônicos).

A pesquisa qualitativa é conhecida também como "estudo de campo", "estudo qualitativo", "interacionismo simbólico", "perspectiva interna", "interpretativa", "etnometodologia", "ecológica", "descritiva", "observação participante", "entrevista qualitativa", "abordagem de estudo de caso", "pesquisa participante", "pesquisa fenomenológica", "pesquisa-ação", "pesquisa naturalista", "entrevista em profundidade", "pesquisa qualitativa e fenomenológica", e outras [...]. Sob esses nomes, em geral, não obstante, devemos estar alertas em relação, pelo menos, a dois aspectos. Alguns desses enfoques rejeitam total ou parcialmente o ponto de vista quantitativo na pesquisa educacional; e outros denunciam, claramente, os suportes teóricos sobre os quais elaboraram seus postulados interpretativos da realidade (TRIVIÑOS, 1987, p.124).

### 1.3. Instrumentos de pesquisa

As entrevistas foram conduzidas de forma presencial e online. As entrevistas presenciais foram realizadas na cidade de Sapé, e as não presenciais em João Pessoa e em Paris. Essas últimas foram realizadas por meio de envio de mensagens via WhatsApp, de roteiros de entrevista enviados e respondidos por e-mail, vídeo chamadas e ligações. Para a realização das entrevistas elaborei dois questionários que serviram como roteiro (entre as perguntas objetivas surgiram outros questionamentos e discussões).

O primeiro questionário foi usado com o intuito de buscar informações centralizadas nas Ligas Camponesas. A primeira entrevista foi realizada com Alane Silva de Lima, que ocupa o cargo de Presidenta do Memorial das Ligas Camponesas de Sapé, que disponibilizou informações por meio de gravações de áudios enviados via WhatsApp e depois com Antônio Normando da Silva Dias Junior, jornalista e sobrinho neto de Nego Fuba, que concedeu uma entrevista em sua casa, na cidade de Sapé.

O segundo roteiro de entrevista foi utilizado na busca de informações sobre a CEPLAR- Campanha de Educação Popular, e Paulo Freire, que foram obtidas por meio de conversas com Everaldo Soares Júnior, que atua como médico psicanalista, formado pela Universidade Federal da Paraíba, ex-membro da Juventude Universitária Católica (JUC), e ex-membro da CEPLAR. No dia seguinte, ocorreu entrevista com Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto (Professora Dra. Dorinha Porto), formada na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba, e doutora em Sociologia da Educação pelo Instituto Internacional de

Pesquisa e de Formação para o Desenvolvimento, em Paris, na França, ex-membro da Juventude Universitária Católica (JUC) e, também, ex-membro da CEPLAR.

Ao final de cada entrevista, transcrevia a fala do entrevistado, com exceção da entrevista com a Professora Dra. Dorinha Porto. No caso dela, foram feitos dois contatos de conversas por telefone, e o questionário de entrevista me foi solicitado por e-mail, e a própria redigiu as suas respostas e me retornou por e-mail, alguns dias após nosso primeiro contato.

Quanto às fontes bibliográficas, utilizei de artigos, revistas eletrônicas e de leituras de livros (com destaque para o livro CEPLAR - História de um sonho coletivo, Paulo Freire -Pedagogia do Oprimido, a revista eletrônica Universidade e Sociedade - O legado de Paulo Freire para a educação).

#### 1.4. Contextualização

O presente trabalho de pesquisa se trata de um estudo voltado a refletir sobre as contribuições do pensamento de Paulo Freire no contexto das Ligas Camponesas de Sapé, como e quando aconteceu e quais resultados obtidos (que tiveram como ligação a Campanha de Educação Popular), para o campesinato. Paulo Freire foi um educador que conseguiu revolucionar o processo de alfabetização de jovens e adultos, através de um método de educação pensado para a mudança de uma concepção bancária de educação, a problematização e propagação de uma educação libertadora, a busca por uma educação dialógica, tudo isso a partir das necessidades e o olhar para o modo de vida da população mais oprimida. Na verdade, o método de alfabetização de Paulo Freire, vai para além de um método educacional, trata-se de uma compreensão ético - crítico - política da educação.

Conforme o autor Lênin (1966), e citado por Freire (1968): “Sem teoria revolucionária não pode haver movimentos revolucionários” que significa precisamente que não há revolução como verbalismos, nem tampouco com ativismo, mas com práxis, portanto, com reflexão e ação incidindo sobre as estruturas a serem transformadas.

Ao mesmo tempo em que o método de alfabetização de Paulo Freire ia surgindo, se aprimorando, obtendo resultados positivos, outro capítulo marcante da história brasileira, mas especificamente paraibana estava sendo traçado. As Ligas Camponesas de Sapé, um movimento do campesinato, surgem com o principal intuito

da busca por uma reforma agrária, a luta por direitos básicos como condições de um enterro digno para seus parentes, consultas médicas e odontológicas, direito à educação, ao trabalho, coisa que os camponeses/ trabalhadores da terra não tinha e quando tinha acesso era de forma desumana. Dessa forma, nasce o desejo pela melhoria das condições de vida e encontram nas Ligas, através das lutas e reivindicações, um caminho para se chegar a esses direitos.

O responsável pela criação das Ligas Camponesas aqui na Paraíba foi João Pedro Teixeira, liderança forte e marcante do movimento camponês, que em meio a luta conheceu Elizabeth Teixeira, com que casou e teve filhos. Elizabeth foi a sua parceira de luta e após seu assassinato foi ela que assumiu junto com outros companheiros as lutas das Ligas Camponesas de Sapé. Além de João Pedro e Elizabeth Teixeira, há outros nomes marcantes na liderança e articulação do movimento camponês, como Pedro Inácio de Araújo (mais conhecido como Pedro Fazendeiro), João Alfredo Dias (mais conhecido como Nego Fuba), Nega Zélia, entre tantos outros.

Esses dois movimentos que aconteceram aqui no Nordeste e conhecidos em todo o mundo, têm ideologias em comum, e uma delas é a mudança e ascensão social da vida. Trata-se do processo de educação de jovens e adultos através de um método inovador e com resultados rápidos e humanizados pensados a partir e para a classe mais oprimida.

Em contrapartida existe um movimento criado para a luta pelos direitos básicos de vida e subsistência, que encontrou por meio da alfabetização, um caminho para que a voz desse povo fosse ouvida, passando a ser cidadãos alfabetizados e a ter direito ao voto. Logo se tornou visível a sociedade excludente que até então não tinha um olhar para pessoas analfabetas e pobres: quem não vota, não era visto ou ouvido, não era um cidadão.

Conforme o próprio Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (1968, pág. 60):

O importante, por isto mesmo, é que a luta dos oprimidos se faça para superar a contradição em que se acham. Que esta superação seja o surgimento do homem novo – não mais opressor, não mais oprimido, mas homem libertando -se. Precisamente porque, se a luta é no sentido de fazer-se Homem, que estavam sendo proibidos de ser, não o conseguirão se apenas invertem os termos da contradição. Isto é, se apenas mudam de lugar nos polos da contradição.

Optei, então, por explorar se de fato existia alguma ligação desses dois acontecimentos históricos - sociais, que aconteceram no mesmo período (1958-1964), em que emergia o desenvolvimento do país e também a ditadura civil militar, ocasionados entre os anos de 1958 a 1964. Por meio de leituras, pesquisas e entrevistas foi possível confirmar sim, que o pensamento de Paulo Freire teve influência nas práticas educativas no movimento das Ligas Camponesas de Sapé, sendo assim apontou como o problema principal da minha pesquisa, **quais contribuições podemos identificar do pensamento de Paulo Freire nas práticas educacionais das Ligas Camponesas de Sapé?**

O objetivo geral da minha pesquisa foi o de buscar identificar as contribuições política e didático-pedagógica do pensamento Freireano para a educação do campo desenvolvida nas Ligas Camponesas de Sapé.

Esse objetivo geral é desdobrado em três objetivos específicos:

- Analisar as práticas desenvolvidas pelas Ligas Camponesas de Sapé;
- Identificar as contribuições da Pedagogia de Paulo Freire nas ligas Camponesas de Sapé;
- Reconstruir a trajetória histórica da Campanha de Educação Popular nas Ligas Camponesas de Sapé.

Para isto o trabalho está dividido em oito capítulos. Sendo: o primeiro constando a introdução do trabalho, no segundo o contexto histórico do período de 1958 a 1964. No segundo capítulo escrevo sobre a origem das Ligas Camponesas e as Ligas Camponesas na Paraíba. No terceiro Capítulo abordei a origem das Ligas Camponesas, as motivações para sua criação e o desfecho da primeira Liga em Pernambuco. No quarto capítulo trago a história das Ligas Camponesas da Paraíba, como surgiram, quem fora seus principais líderes, suas lutas e o fim da mesma. No quinto capítulo consta a história da CEPLAR, sua origem, atuação e personagens marcantes na história paraibana. Na sequência, no sexto capítulo conto de uma forma resumida quem foi o educador Paulo Freire, do que se trata sua pedagogia, o método de Paulo Freire experienciado na CEPLAR, além de uma de duas experiências educacionais mais conhecidas, que foi as 40 horas de Angicos. No sétimo capítulo consta a história da CEPLAR junto às Ligas Camponesas, o que a Campanha de Educação Popular representou junto a esse movimento, e finalizo com o capítulo oito,

em que consta o fim da CEPLAR, o fim das Ligas Camponesas e o exílio de Paulo Freire em consequência do Golpe civil – militar de 31 de março.

## 2. CONTEXTO HISTÓRICO

Entre os anos de 1958 a 1964, o Brasil passava por um grande processo de mudança social, política e econômica. Nesse período, a taxa de analfabetismo no Brasil era muito alta; a grande massa populacional eram as pessoas mais pobres que não tinham acesso à educação e nem ao cenário político, consequentemente não tinham como reivindicar seus direitos.

Nesse contexto político e social que estava o Brasil, surgiram as Ligas Camponesas no estado de Pernambuco, e mais tarde se expandiu para o estado da Paraíba, onde teve mais influência e articulação, principalmente na cidade de Sapé.

Nesse mesmo período (1956-1961), o presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek, implantou um Plano de Metas. Esse plano consistia em desenvolver o Brasil em um curto espaço de tempo, fazendo jus ao seu slogan de campanha, 50 anos em 5. No governo de Juscelino Kubitschek, rodovias foram construídas, indústrias estrangeiras se instalaram no Brasil e a nova capital do país, Brasília foi planejada e construída.

Segundo publicação do Portal dos Câmara dos Deputados (2018):

“Empossado em 31 de janeiro de 1956, Juscelino é o único presidente civil durante o período democrático de 1946 a 1964 que consegue cumprir integralmente o mandato previsto na Constituição, concluindo-o em 31 de janeiro de 1961. Proposto no início da gestão para dar consequência ao lema "50 anos em 5", o seu Plano de Metas garante-lhe o apoio da maioria do Congresso e das Forças Armadas e faz do seu governo um período de acelerado desenvolvimento econômico com plena liberdade política. Priorizando cinco setores da economia, o plano compunha-se de 30 metas, além da meta-síntese que era a construção de uma nova capital federal no centro do País. Metas que, mesmo sendo audaciosas por pretender-se realizar em cinco anos o equivalente a 50 anos de desenvolvimento, vão em sua maioria alcançando resultados considerados positivos”.

O crescimento econômico começou a atingir a zona rural, as terras das zonas rurais foram agregando valor, na medida em que os latifundiários começaram a investir e aumentar o plantio e produção na terra.

A venda de terras antes não tão valorizadas alcançava cinco vezes o valor original, assim os pequenos agricultores e colonos na região foram perdendo espaço,

inclusive as terras, pois não tinha escrituras dos terrenos, e em sua maioria trabalhava em terras emprestadas pelos latifundiários, com a condição da produção de dois a três dias da semana serem entregues para os donos das terras (uma espécie de feudalismo).

Segundo SHEPARD (2009, pág. 72) essa relação se dava da seguinte forma:

Em todos os casos, as decisões do arrendatário são condicionadas pela duração estipulada no contrato, sempre sob constante ameaça de expulsão sumária. As ligas camponesas e outras associações rurais registraram inúmeras queixas de expulsão imediata que são raramente, mesmo jamais, levadas a julgamento. Os camponeses têm poucos recursos quando são expulsos das terras pelos capangas armados dos ricos, que enfatizam a urgência de sua demanda destruindo as safras e às vezes até mesmo as casas do arrendatário. Em nenhum caso um proprietário permite que um arrendatário permaneça na terra por um período de tempo que passe de dez anos, a partir de quando as leis de usufruto dariam ao arrendatário direitos permanentes.

O presidente Juscelino Kubitschek foi substituído, por meio de um processo eleitoral complexo e em meio a disputas políticas, pelo presidente João Goulart (1961-1964). Após intensa disputa política e interferência externa dos Estados Unidos da América do Norte, o governo de João Goulart sofreu um golpe de estado civil-militar que duraria vinte e um anos (1964 – 1985). Durante a ditadura militar a cadeira de presidente foi ocupada por: Castelo Branco (1964 – 1967), Artur da Costa e Silva (1967 – 1969), Junta Governativa Provisória (1969) (formado por Aurélio de Lira Tavares, Márcio de Souza e Melo e Augusto Rademaker), Emílio Garrastazu Médici (1969 – 1974), Ernesto Geisel (1974 – 1979) e João Figueiredo (1979 – 1985). Esse foi um período de repressão, perseguição, tortura e morte.

Em meio a esse cenário de desenvolvimento do Brasil, lutas pelo direito ao voto, melhoria da educação e conquistas sociais, surge a pedagogia de Paulo Freire. Hoje é uma pedagogia mundialmente conhecida, que teve origem em Recife e se espalhou por todo Brasil e logo depois em todo o mundo. Essa importância se deu pelo fato de ser o primeiro educador a pensar em uma educação voltada para a liberdade e criticidade do meio ao qual estão inseridos, denominada *pedagogia crítica* ou *pedagogia libertadora*.

A ideia principal da educação como prática de liberdade, foi elaborada pensando na formação e alfabetização da classe oprimida. A intenção era mudar a forma de alfabetizar tradicionalmente conhecida e voltada para a fase infantil. Paulo Freire teve a sensibilidade e dedicação em pensar um método de alfabetização

voltada para sujeitos Jovens e Adultos. Por meio de um processo de alfabetização crítica, os indivíduos se tornaram pessoas conscientes de sua realidade, conseguindo ter sua leitura de mundo.

Segundo CHIARELLA, Tatiana (2014 pág.419) a pedagogia Freireana é definida como:

[...] uma epistemologia inovadora da educação em termos mundiais e foi reconhecido como o Patrono da Educação Brasileira em 2012 (Lei no 12.612, de 13 de abril de 2012)<sup>1</sup>. A proposta de Paulo Freire da educação da libertação (ou educação problematizadora) se baseia na indissociabilidade dos contextos e das histórias de vida na formação de sujeitos, que ocorre por meio do diálogo e da relação entre alunos e professores. Freire enfatiza que ambos, professores e alunos, são transformados no processo da ação educativa e aprendem ao mesmo tempo em que ensinam, sendo que o reconhecimento dos contextos e histórias de vida neste diálogo se desdobra em ação emancipadora.

Já aqui na Paraíba, nesse mesmo período, surge a CEPLAR - Campanha de Educação Popular, que era uma organização financiada pelo governo, mas com autonomia nas suas decisões e ações, criada por um grupo de estudantes, que tinham intuito de ajudar a mudar o país, através da educação e tomada de consciência da realidade social e política para as camadas mais pobres da sociedade.

O processo educacional da CEPLAR contou com duas fases, a primeira com métodos de ensino convencionais e voltados para educação de crianças em fases iniciais, e a segunda fase voltada para a educação de jovens e adultos. Para esse segundo momento buscaram um método que abrangesse o novo público alvo, que partissem da realidade dos jovens e adultos e permitissem que se tornassem pessoas conscientes e críticas, tivessem o conhecimento e leitura do mundo. Fazia-se necessário uma nova adaptação aos meios tradicionais de alfabetização.

Ainda na Paraíba, outro movimento de grande relevância na época foram as Ligas Camponesas (que lutavam pelos direitos básicos e a reivindicação de uma reforma agrária) que já estavam consolidadas entre os anos 1962 e 1963. Os líderes do movimento foram procurados pela CEPLAR, já que era um movimento de massas e tinha grande impacto nos contextos social e econômico do país. Era importante fazer com que esses camponeses fossem alfabetizados e tivessem direito a votar (já que nesse período só era permitido votar quem soubesse escrever o nome), pois voto tinha/tem como finalidade ser porta voz para buscar e conquistar direitos.

### 3. MOTIVAÇÕES PARA A CRIAÇÃO DAS LIGAS CAMPONESAS

Em 1954, no Engenho da Galileia, localizado no município de Vitória de Santo Antão no Estado de Pernambuco, um grupo de camponeses estavam inconformados com as situações conflituosas pelas quais vinham passando com os donos de terra aos quais prestavam serviços. Isso se dava pelo fato que os camponeses trabalhavam na terra desses latifundiários em troca de um espaço para viver, plantar e colher para a subsistência sua e de seus familiares, uma espécie de “escravidão”. Nessa situação, encontravam-se 140 famílias.

Nesse mesmo ano, usinas estavam sendo instaladas na cidade e os donos de Engenhos foram vendendo suas terras para ampliação e cultivo da cana-de-açúcar. Com isso, os camponeses não podiam mais plantar naquela terra. Alguns deles foram contratados pelas novas usinas e tinham direito ao salário, décimo, repouso e todos os direitos trabalhistas.

Os camponeses que não eram contemplados com a sua contratação e garantia de seus direitos, eram obrigados pela necessidade de sobrevivência a oferecer sua mão de obra sem nenhum vínculo empregatício. Eram conhecidos como clandestinos, muitos deles perderam suas casas (essas emprestadas, nas terras dos latifundiários), tiveram que migrar para a cidade, morando distante do seu local de trabalho, tendo que se deslocar diariamente.

A relação de moradia dos camponeses também está expressa no relato de TARGINO, Ivan, MOREIRA, Emília e MENEZES, Marilda (2011, pág. 89)

A relação de moradia também se caracterizava por uma relação de dominação personalizada, em que atos de ameaça, amedrontamento e repressão eram frequentes. Assim, atos de insubordinação não eram tolerados. A repressão poderia vir sob a forma de expulsão sumária da terra ou castigos em graus diversos, sendo alguns de tamanha crueldade, que poderiam levar à morte [...]

Além do deslocamento, da perda da terra, baixos salários e falta de direitos trabalhistas, os camponeses viviam sem nenhum tipo de assistência por parte do governo. Não tinham direito nem de um enterro digno para seus parentes. Nesse período os mortos eram sepultados em um caixão que a prefeitura cedia, no qual o morto ia dentro de uma rede. Ao chegar no cemitério a família deixaria o corpo na cova e tinha que devolver o caixão à prefeitura, para que posteriormente fosse cedido a outros camponeses. Isso gerava grande revolta. Os camponeses se sentiam humilhados pelo descaso com seus parentes.

Mediante as tantas humilhações, os camponeses do Engenho da Galileia, liderado por José Francisco de Souza, mas conhecido como Zezé da Galileia decidiram criar uma associação ruralista cujo objetivo inicial era arrecadar recursos entre si para comprar caixões para enterrar seus parentes, remédios e o que mais os membros fossem necessitando para ter uma vida mais digna.

Os Camponeses queriam criar essa associação nas conformidades, tudo dentro da lei; então ficaram sabendo que na cidade havia um advogado e deputado que trabalhava auxiliando pessoas sem condições/instruções de custear causas jurídicas. O advogado se chamava Francisco Julião, que ao ouvir as necessidades e interesses dos camponeses se solidarizou e de imediato aceitou assumir a causa daqueles trabalhadores e se tornou a representação política desse movimento.

O advogado e deputado Francisco Julião, junto com os camponeses, se reuniam na associação ruralista e lá articulavam os passos jurídicos que iam tomar, as necessidades dos camponeses e os direitos trabalhistas. Em um desses encontros surge a ideia de fundação da primeira Liga Camponesa, como também o primeiro projeto de reforma agrária, o qual tinha como lema de luta: “Reforma agrária na lei ou na marra”.

Os camponeses e Francisco Julião buscavam a justiça para reivindicar os direitos, porém era algo muito “complexo” de conseguir de forma amigável. Segundo relato de LEMOS, Francisco de Assis (2008, pág. 20):

“A causa na justiça demorou o bastante para Julião concluir que, através da justiça, não haveria solução. Na realidade, tratava-se de um problema político. A justiça era tão lenta que, muitas vezes, o camponês ganhava a questão, mas não recebia os benéficos da vitória, pois, cansado de esperar, mudava de localidade e não era mais encontrado”.

Houve inúmeras tentativas de acordos com os donos das Usinas/Latifundiários, porém os mesmos não aceitavam nenhum tipo de melhoria para os trabalhadores. Os camponeses eram recebidos pelos donos de terra com ameaças, repressão e simplesmente eram mandados embora.

Os latifundiários de início achavam que se tratavam apenas de reuniões para reivindicações simples, algo banal que não iria à frente e não teria nenhum tipo de relevância. No entanto, o movimento foi ganhando proporção, foi atraindo olhares da imprensa, de outros estados, foi ganhando filiados e começou a se expandir de forma rápida. Tal crescimento começou a “assustar” os donos de terra, “donos” da força de

trabalho; a partir desse momento, os latifundiários passaram a enxergar a associação como uma liga de bandidos.

Sem nenhum acordo, nem receptividade aos camponeses, os mesmos decidiram lutar na marra por seus direitos. Através de comícios e protestos, começaram a enfrentar o governo e os donos de terras. Tais protestos causaram a fúria dos latifundiários e do governo federal. Além disso, projetava o nome das Ligas Camponesas para fora do país, de forma que foi causando preocupação no governo dos Estados Unidos que, temiam que o Brasil se transformaria em uma “nova Cuba”, ou seja, um país comunista.

Em 1964, a Galileia foi invadida. Nessa invasão ocorreu muitas mortes, pessoas feridas ou levadas presas; já Francisco Julião teve seu mandato como deputado cassado, foi preso e exilado, ocasionado pelo golpe civil-militar.

Após esse massacre, outros três mil camponeses se juntaram aos camponeses da Galileia e fizeram um manifesto contra a arbitrariedade do governo federal; nesse movimento os camponeses atacaram a rádio local e a delegacia, ateando fogo e destruindo tudo. Mesmo com esses protestos as Ligas Camponesas de Pernambuco não resistiram à repressão. Os integrantes se calaram e o prédio que era sede das reuniões foi fechado.

As Ligas Camponesas da Galileia foram devastadas e silenciadas de forma repressiva, porém foi um movimento criado para a luta em prol da reforma agrária, que serviu como “espelho” para a criação de novos movimentos de luta, como as Ligas Camponesas da Paraíba e mais à frente no ano de 1984, o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

#### **4. AS LIGAS CAMPONESAS NA PARAÍBA**

O fundador das Ligas Camponesas na Paraíba foi João Pedro Teixeira, um paraibano nascido na cidade de Guarabira, em 4 de março de 1918. Já adulto mudou-se para a cidade de Sapé (cidade localizada a 50 km da capital Paraibana). João Pedro trabalhava em feiras livres e lá, em um dos barracões de comercialização, conheceu sua esposa e companheira de luta Elizabeth Teixeira.

Elizabeth Teixeira nasceu em 13 de fevereiro de 1925, na cidade de Sapé – PB. Era uma trabalhadora rural, e ajudava seus pais nos afazeres domésticos, criada

por uma família de costumes tradicionais e com poucos recursos financeiros. Ao começar a namorar João Pedro Teixeira, de imediato sua família foi contra o relacionamento, mas Elizabeth era uma mulher à frente de seu tempo e por estar apaixonada pelo seu companheiro, decidiu enfrentar seus pais e fugiu com João Pedro Teixeira. Casaram-se no ano de 1942 contra a vontade dos pais, e como fruto desse relacionamento tiveram onze filhos.

Ao se casarem, e sem oportunidade de emprego, decidiram ir para Pernambuco, e lá João Pedro Teixeira começou a trabalhar em uma pedreira, apresentava indignação pelas condições de trabalhos que ele e seus colegas eram submetidos. João Pedro Teixeira já articulava entre seus companheiros maneiras de reivindicar direitos trabalhistas aos seus patrões, causando entre seus colegas agitação e ideias consideradas revolucionárias.

Vendo que João Pedro Teixeira seria uma ameaça e causaria “prejuízos” financeiros como funcionário, o proprietário da pedreira resolveu ir dando menos serviços a ele. Ficando sem trabalho e sem ter como sobreviver em Pernambuco, João Pedro e sua esposa decidiram voltar para Paraíba.

#### 4.1. Fundação das Ligas Camponesas de Sapé

Ao voltar para Paraíba no ano de 1954 João Pedro Teixeira vai morar com sua família em uma casa cedida pelo sogro. Começa a trabalhar no campo e foi tomando conhecimento das dificuldades que passaria de trabalhar com a terra, assim como seus colegas de lavoura. Percebeu que era necessária uma organização para progredir com o cultivo no campo, tinha que enfrentar constantes ameaças em ter suas terras tomadas por latifundiários e, com isso, os mesmos começaram a fazer reuniões para ver como poderiam agir para mudar essa realidade. As reuniões aconteciam à luz de lamparina dentro da casa de João Pedro Teixeira e Elizabeth Teixeira. Lá foi o primeiro espaço de reuniões para articulação de uma associação em prol dos direitos dos camponeses.

Dessas reuniões surgiam outros líderes camponeses, que estariam junto com João Pedro Teixeira à frente dessa luta, entre eles: João Alfredo Dias (mais conhecido como Nego Fuba, nascido na cidade de Sapé em 23/06/1932, filho de Amélia Gonçalo Dias e Alfredo Ulisses Gonçalo) e Pedro Inácio de Araújo (conhecido como Pedro

Fazendeiro, nascido na cidade de Itabaiana – PB, em 08 de junho de 1909, era um trabalhador rural, filho de Ana Maria da Conceição e Pedro Antônio).

Os líderes da associação ruralista, saíam pelas ruas, feiras e comércios, convidando camponeses a se associar, participar do movimento. Tudo era feita de forma muito discreta, para não levantar suspeita dos latifundiários e do governo, e para escapar de repressões ou qualquer tipo de perseguição, promoviam reuniões ou comícios “relâmpagos”. Nisso se passa três anos, e a associação ruralista já contava com sete mil associados. Tornava-se a maior associação do Nordeste e do país, algo grandioso e chamava os olhares de todos do país para a cidade de Sapé.

Seguindo os passos das Ligas Camponesas da Galileia, os camponeses de Sapé, lutavam pelas mesmas reivindicações que encabeçaram a Liga de Pernambuco, os quais eram: Reforma agrária, a luta contra o aumento do foro, trabalho sem pagamento, despejo sem indenização pelas benfeitorias de lavouras, auxílio para enterro, assistência médica e educacional, ou seja, uma luta por direitos básicos.

No ano de 1958, a Associação de Lavradores dos trabalhadores agrícolas de Sapé, passa a ser legalizada e registrada em cartório. A imprensa que estava presente nesse momento, assim como inúmeros camponeses, “batizou” a associação de Ligas Camponesas de Sapé, a primeira Liga da Paraíba.

Após a fundação e legalização das Ligas Camponesas de Sapé, o movimento se expandiu para outras cidades da Paraíba. Segundo relaciona LEMOS, Assis (2008, pág. 61), as cidades foram: Alhandra, Areia, Mamanguape, Rio Tinto, Guarabira, Mari, Itabaiana, Alagoa Grande, Oitizeiro, Espírito Santo, Mulungu, Alagoinha, Belém, Caiçara, Pedras de Fogo, Campina Grande e Santa Rita.

Mesmo com a expansão para outras cidades, nenhuma delas chegou perto da dimensão e organização estrutural que as Ligas Camponesas de Sapé tinham. Cada integrante contribuía mensalmente como podia (os valores arrecadas supriria nas necessidades primárias que os camponeses fossem tendo), se articulavam como iguais, era um espaço democrática que buscava interesses comuns.

João Pedro Teixeira ficava responsável pelo financeiro, documentação e planejamento, já Nego Fuba tinha uma ótima oratória, discursos firmes, poder de convencimento e ficava à frente dos comícios e manifestações (chegou a fazer viagens para o exterior representando oficialmente as ligas Camponesas Paraibanas) e Pedro Inácio de Araújo, saía nas fazendas convocando e articulando com os

camponeses a participação e associação nas ligas. Nessas conversas buscavam expor a situação de precariedade e exploração que os camponeses já sentiam na pele, os novos membros sentiam nas Ligas Camponesas a esperança que seus direitos seriam alcançados.

Segundo DANTAS, Nunes e SILVA, (2014, pág. 122):

Estava-se diante de um movimento que se consolidava, no entanto, insatisfeito com a ascensão e conquistas das Ligas o Grupo da Várzea, que já usava de violência para intimidar os camponeses, destruir suas lavouras e expulsá-los de suas fazendas, declarou guerra àquele movimento. Nas palavras de Benevides (1985) a paz do campo só existiu enquanto os camponeses se submetiam às vontades dos coronéis, porém isso mudou quando eles se conscientizaram da sua exclusão política e social e da violência até então disfarçada dos latifundiários [...]

João Pedro começou a ficar mal visto perante os proprietários de terra, pois era considerado o “cabeça” da revolta dos camponeses, e com isso os latifundiários vinha recebendo cada vez mais exigências trabalhistas e o governo sendo pressionado.

A repressão vinha de todos os lados, por parte da família de Elizabeth que não aceitava o relacionamento, pela perseguição à família de João Pedro, que vinha de intimidações diretas e indiretas. Alguns camponeses tinham suas casas ou acampamentos destruídos, suas plantações queimadas, eram ataques extremamente perigosos e criminosos. Elizabeth sentia medo pela vida dela, dos seus filhos e de João Pedro Teixeira, queria ir embora para o Sul do país, porém João Pedro não se intimidava, sentia nessa repressão mais estímulo de lutar e reivindicar seus direitos.

No dia 02 de abril de 1962, João Pedro Teixeira recebeu uma mensagem do seu advogado pedindo que fosse até o encontro dele, para resolver questões de um processo que João Pedro estava movendo para rever uma casa que estava em “questão” - essa casa havia sido vendida pelo seu sogro e quando retornou de Pernambuco com Elizabeth queria reaver sua propriedade. Ele foi ao encontro como combinado. Na volta da reunião desceu do ônibus o qual tinha pego, e fez caminho a pé de Café do Vento, para sua residência em Antas do Sono. Nesse momento João Pedro é pego em uma emboscada, é fuzilado pelas costas com 5 tiros e morre no local. Junto à seu corpo foram encontrados livros que havia comprado para levar para seu filho mais velho estudar.

No filme “Cabra marcado para morrer” (1984), Elizabeth dá seu testemunho de como recebeu a notícia da morte do seu esposo:

“[...] penso que houve um esconderijo do próprio latifundiário e dos companheiros que quando tomarão conhecimento ficarão também sem coragem de chegar até minha porta e explicar a razão do caso”. [...] fiquei quase sem acreditar, segui até a cidade que ele estava com Abraão, de pés e no meio do caminho “apanhamos um transporte”, fui até o necrotério onde ele se encontrava, todo estraçalhado de bala, uma coisa triste, se encontrava com o ouvido cheio de terra, o sangue era caindo pelo chão lá.

Na fala de Elizabeth Teixeira é possível notar a dor e a força que essa mulher teve para seguir em frente. No filme percebe-se que a tristeza a abitava ao contar sua história, porém a revolta e a vontade de justiça a faziam seguir firme, o apoio que tinha dos seus companheiros do campesinato foi de extrema importância para que ela conseguisse seguir sua vida e dar conta de criar 11 filhos, viúva, e em meio a pobreza que se encontrava. Esse foi motivo suficiente para que Elizabeth tomasse à frente da luta e fizesse jus a luta do seu falecido marido.

Os assassinos de João Pedro Teixeira foram identificados e presos, um inquérito foi aberto, porém nada os aconteceu. Foram soltos poucos dias depois. Segundo LEMOS, Assis (2008, pág. 55):

“Os mandantes do crime foram: Aguinaldo Veloso Borges, Pedro Ramos Coutinho e Antônio José Tavares, vulgo “Antônio Vitor”, conforme conclui o decreto de pronuncia do Juiz Walter Rabelo em 27 de março de 1963. Os executores foram os pistoleiros cabo Antônio Alexandre da Silva, vulgo “Gago”, soldado Francisco Pedro da Silva. Vulgo “Chiquinho”, “Nobreza” ou “Chicão”, e o vaqueiro Arnaud Nunes Bezerra, vulgo “Arnaud Claudino”, também pronunciados pelo Juiz Walter Rabelo da Comarca de Sapé. Os dois primeiros eram integrantes da Polícia Militar e, o último, vaqueiro do Engenho Recreio no município de Pilar, de propriedade de Aguinaldo Veloso Borges”.

Elizabeth participava dos comícios, discursava em praça pública, convocando camponeses a participar das ligas, aderir a luta, e isso fez com que ela passasse a sofrer ainda mais repressão.

Um ano após a morte de João Pedro Teixeira, em 1963, Nego Fuba foi eleito vereador na cidade de Sapé. Foi o terceiro vereador mais bem votado da época e o mais votado da oposição. Isso era uma expressão da força do movimento camponês, pois a maioria dos camponeses eram analfabetos e nesse período, pessoas que não soubessem escrever seu próprio nome não tinha direito ao voto. Dessa forma foram inúmeros votos que se “perdiam” em uma campanha. Não havia como expressar nas

urnas, sua vontade, colocar no poder representantes de seus interesses. Apesar de tudo isso, com uma forte campanha, incrivelmente conseguiram eleger Nego Fubá. Isso contribuía ainda mais para a projeção das Ligas Camponesas não só na Paraíba, mas em todo o país.

As Ligas Camponesas deram a cidade de Sapé projeção nacional e Internacional; várias lideranças políticas estavam admiradas com a dimensão que a luta do campesinato estava alcançando, e queriam conhecer a cidade que sediava esse movimento de luta. Vieram à Sapé na época para conhecer a cidade e o movimento, entre eles estavam: o ex-presidente Juscelino Kubistchek, Celia Guevara; John Kennedy chegou a marcar uma visita a Sapé, porém morreu semanas antes, então seu irmão Bob Kennedy veio em seu lugar.

## **5. CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR – CEPLAR**

### **5.1. Juventude Universitária Católica**

A Igreja católica sempre teve forte influência perante a sociedade, sempre ditando diretrizes comportamentais e morais. No ano de 1929 as hierarquias eclesiásticas em todo o mundo tinham como objetivo difundir os ensinamentos cristãos nas Universidades. Esse interesse no meio universitário se dava pelo fato de que os jovens (considerado “mundo moderno”) tinham maior resistência a doutrinação: para a igreja essa aproximação traria como resultados propagar os ensinamentos cristãos e a formação de uma elite acadêmica católica.

No Brasil esse projeto iniciou-se nesse mesmo ano, por meio da Ação Católica, que dentro da Igreja, tinha a função de postulado, trabalhando na propagação e defesa das ações da igreja. A Ação Católica tinha como um de seus grupos de formação e ação, a AUC- Associação Universitária Católica, formada por intelectuais conservadores de direita que tinham como sede de suas reuniões o Centro Dom Vital, localizado no Rio de Janeiro. Lá discutiam a integração da elite aocristianismo, ao meio político e social.

No período de 1946 a 1950, a Igreja juntamente com AUC, estavam voltados para a reflexão entre “Estado Comunista” e o “Estado Capitalista”, buscando planejar amenizar as consequências que este último modelo socioeconômico deixava na

sociedade, a exemplo da alimentação da desigualdade social, a fome e o desemprego. A igreja torna-se por meio de seus discursos um forte instrumento de luta pela democracia e diminuição das desigualdades sociais, contavam com grupos especializados em atuação no meio estudantil e operário, com o intuito de formar jovens militantes e atuantes nas ações da igreja.

As ações da Igreja Católica eram baseadas em um método que tinha como lema: “ver, julgar e agir”. Esse método consistia em analisar a situação do país e de pessoas em extrema vulnerabilidade, refletir sobre essas situações e planejar ações que ajudassem a mudar essa realidade (tudo baseado nos ensinamentos cristãos).

Conforme DEPOENTE R. e citado por GREGORIO, Maria (2011 p.1046):

Nos anos 50, com a aprovação da Santa Sé, houve grandes mudanças na Igreja, em âmbito nacional e internacional, especificando as metas e ações espiritualizadas para repensar o mundo e a sociedade brasileira. Até hoje, repercussão nas igrejas de todo o mundo mostra novas diretrizes para a Igreja. A Igreja é a voz daqueles que não podem se expressar. Ela teve um papel muito forte no sentido de defesa dos direitos humanos e no processo de transição para o regime democrático. Os programas estavam voltados para a questão social.

Ainda no ano de 1950, a AUC – Associação Universitária Católica, foi renomeada, passando a ser chamar JUC – Juventude Universitária Católica, está passando por mudanças e novas formulações. A JUC tinha um bom planejamento teórico, porém faltava ter um maior engajamento naquilo que era pensado, colocando em prática, tudo o que era discutido nas sequências de reuniões, por seu lema em prática.

Segundo GREGORIO, Maria (2011, p. 1047):

Algumas reuniões da JUC aconteciam em mosteiros, salões e, muitas vezes, em salas vazias da Universidade. Essa era a dinâmica de atuação do movimento jucista. Se uma Diocese compreende, geralmente, vários municípios, as Juntas Diocesanas e as Equipes Diocesanas seguiam as orientações das Juntas e das Equipes Regionais, cuja extensão territorial coincidia com a atuação das Equipes de Base da JUC, que atuavam com as Juntas Paroquiais, exercendo controle das ações jucistas.

A Juventude Universitária Católica após os anos de 1950, vivia uma fase muito positiva. Cada vez mais famílias iam tornando-se adeptos e investindo nas ações sociais promovidas pelas JUC. O contato dos jovens com movimentos trabalhistas, grupos políticos comunistas e ações culturais foi alimentando ideologias revolucionárias que aos poucos iam se divergindo com segmentos católicos, que

buscava preservar o conservadorismo. A Igreja se tornava um freio de expansão, fazendo crescer a insatisfação de membros da JUC, assim como a hierarquia católica.

O contato com novos grupos e vertentes políticas de movimentos de esquerda, auxiliava no afastamento do domínio da igreja perante o movimento de estudantes, alimentando o processo de inquietude pelas causas humanitárias, passando a voltar o olhar ainda mais para a população que não tinham espaço perante a sociedade, ou seja, aqueles que não faziam parte da elite.

Segundo De KADT, Emanuel (2007, pág. 85):

Sentia-se que a JUC se tornara um movimento que discutia, especialmente nos conselhos nacionais, textos bem preparados e bem fundamentados que, no entanto, significavam bem pouco na vida concreta do movimento. O denso relatório das discussões de 1958, nos quais, como sempre, vários assistentes tomaram parte ativa, transmite um sentimento de quase desespero com o funcionamento do movimento que – salvo em uma ou duas regiões – não influenciava ninguém além daqueles que compunham seu núcleo dirigente. A causa da ineficácia da JUC foi encontrada na “falta de vida” do movimento, em suas discussões e orientações teóricas excessivamente abstratas, na falta de engajamento da realidade concreta.

Os jovens da JUC estavam assumindo novas identidades e colocando em prática suas ações revolucionárias, buscando a construção de um novo país, livre da miséria e injustiças e desigualdades. Mesmo com divergências de pensamentos e posicionamento, a JUC ainda mantinha costumes cristãos.

As ações da JUC se espalhavam por todas as regiões do país. No ano de 1960 já estavam em cinquenta e duas cidades brasileiras. Periodicamente realizavam congressos/encontros para discutir ações e dinâmicas em meio a novo ideário de país. Um dos estados a qual a JUC já tinha alcançado nesse ano foi a Paraíba. Estudantes universitários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal da Paraíba e que faziam parte da Juventude Universitária Católica (JUC), também se empenhava em contribuir com o lado humanitário e assistencialista, de modo que agiam nos bairros mais pobres de João Pessoa.

Segundo PORTO, Maria e LAGE, IVELINE (1995, Pág. 33), existiam palavras de ordem que serviam como incentivo para ação dos jovens, que eram: *“Apenas 1% da população escolar chega à Universidade”*. *“Vocês, universitários, são mantidos com o dinheiro dos impostos pagos pelo povo. Têm obrigação, portanto, para com este povo”*.

As ações da JUC em João Pessoa, se dava de modo a buscar que cada faculdade estimulasse seus alunos a se voluntariar em trabalhar no assistencialismo dos mais necessitados de acordo com sua área de formação. O médico trataria dos doentes, o professor auxiliar na educação de crianças e adultos analfabetos, o advogado ajudar aqueles que precisavam de assistência jurídica, e assim em cada área de ensino da universidade.

Essas ações proporcionavam não apenas experiências profissionais, mas também alimentava as inquietações de mudança, tornava os jovens colaboradores no processo de transformação da sociedade.

Um problema de enfrentamento era a questão de o pobre analfabeto não ter direito ao voto, e em meio ao analfabetismo e exclusão do cenário político não ter consciência de seus problemas, da sua realidade. Existia muita pobreza, muita fome, pessoas morrendo, sem assistência básica de saúde e educação, e esse foi o ponto de reflexão para que alguns estudantes dentro do grupo da JUC se mobilizassem em busca de contribuir com mudança do cenário “caótico” em qual estavam cercados.

## 5.2. Processo de fundação da CEPLAR

Entre os que faziam parte desse grupo de mobilização e que criaram essa campanha de assistencialismo na cidade de João Pessoa, estavam Maria das Dores Paiva de Oliveira Porto, Iveline Lucena, Lígia Macedo e José Lustosa (Maria das Dores e José Lustosa eram funcionários efetivos do estado), e que baseado nesse propósito de mudança, elaboraram juntos um projeto de criação da instituição de educação popular.

Para formalizar essa campanha e arrecadar recursos Maria das Dores e a equipe de mobilização criaram um projeto e entraram em contato com o governador do estado para apresentar seu projeto piloto.

O governador nessa época era Pedro Moreno Gondim, que nasceu em 1º de maio de 1914, no município de Alagoa Nova, cidade localizada no interior da Paraíba, filho de Eulina Moreno Gondim e Inácio Costa Gondim, pequenos proprietários rurais. Pedro Gondim veio para capital paraibana estudar, se formou em direito e tornou-se advogado.

No ano de 1950, Pedro Moreno Gondim é convidado por Ruy Carneiro (Líder do Partido Social Democrata) a entrar na vida política. Foram anos de trajetória

política, assumiu secretários no estado, cargos na Assembleia legislativa, e anos após foi eleito o 30º governador da Paraíba, ficando no governo no período de 4 de janeiro de 1958 até 18 de março de 1960, e depois novamente governando no período de 31 de janeiro de 1961 a 31 de janeiro de 1966.

O momento era propício para o contato de Dorinha e Lustosa com o governador, pois Pedro Gondim já tinha em mente ideias de reforma para o cenário educacional, para ajudar no desenvolvimento regional, e consequentemente integrar as massas populares ao processo de desenvolvimento do país.

Conforme PORTO, Maria das Dores e LAGE, Iveline 1995:

O governador Pedro Moreno Gondim, participava do esforço de desenvolvimento da região através da “Operação Nordeste”, “Meta” nº 31 do plano do presidente Juscelino Kubistchek. Sensível a essa visão desenvolvimentista e consciente da necessidade de integração das massas analfabetas no processo de desenvolvimento do país, o governador colocou como um dos objetivos de seu plano para o quinquênio 1961-1965, a educação popular.

Após a apresentação do projeto, Pedro Gondim apoiou a fundação da instituição de educação popular, que passou a pertencer à Secretária de Educação e Cultura, para depois se tornar a Fundação da Campanha de Educação Popular, e assim, dessa junção entre o grupo de estudantes da Faculdade de Filosofia, membros da JUC e o apoio do Governo do estado, nasce a CEPLAR - Campanha de Educação Popular.

Para obter recursos e ampliar a sua ação, por exigências administrativas, a CEPALR teve que elaborar um novo estatuto. Os motivos dessa alteração, foram relatados por PORTO, Maria (2020):

[...] a CEPLAR, do ponto de vista administrativo, teve dois estatutos. O primeiro, publicado no Diário Oficial em 1º de abril de 1962, no momento da sua criação. A entidade foi chamada Associação. O Departamento ligado a educação chamava-se Departamento de Formação da Cultura. No segundo estatuto, publicado em 20 de abril de 1963, a CEPLAR passou a ser chamada de Fundação, e o Departamento de Formação da Cultura, passou a se chamar Departamento de Educação Fundamental. Porque esta mudança? Naquele ano o Ministério de Educação Nacional, com o objetivo de eliminar o analfabetismo no Brasil, lançou o “Programa Educacional de Emergência do Ministro Darcy Ribeiro” (Documentos em anexo)

A primeira medida do Governador Pedro Gondim foi fornecimento de um espaço para que a Dorinha e Lustosa, colocasse em prática seu projeto de alfabetização. O espaço cedido foi o Grupo Escolar Raul Machado, localizado no

bairro da Ilha do Bispo. Segundo Dorinha Porto, em entrevista ao Cinquentenário 40 anos de Angicos:

“O grupo escolar tinha a capacidade para 500 pessoas, e funcionava com 42 crianças, procuramos criar métodos, que fossem mais participativos, partir da realidade das crianças, integrar as famílias, e ver se isso evoluía, e ver se a gente trazia as crianças que ficavam trabalhando no campo e tudo isso, traziam para escola, então assim, no período de um ano, nós conseguimos que 470 crianças estivessem estudando”.

Além do apoio do governo do estado, a CEPLAR contava com outros incentivadores, como: o Conselho Estadual de Desenvolvimento, a Igreja Católica, através de Pe. Juarez Benício, a Universidade e numa segunda fase, recebeu também apoio do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Mesmo com todas essas parcerias políticas, a CEPLAR continuava como um órgão independente do governo e desvinculado de dependências partidárias.

Segundo LAGE, Iveline e PORTO, Maria das Dores (1995, pág. 36):

“A CEPLAR surgiu, assim, no ano de 1961, da junção de dois fatores: a procura, por um grupo de pessoas da Faculdade de Filosofia, membros da JUC, de uma estrutura de base para um trabalho em educação popular; e o projeto do Governo do Estado de lançar, na Paraíba, um movimento de educação popular”.

A CEPLAR contava na sua equipe de atuação com Everaldo Soares Junior, que passou a ser membro da Campanha em março de 1962, um ano após a fundação da CEPLAR. Era o participante mais novo dentre todos, tinha apenas 16 anos e era estudante do curso de Medicina pela Universidade Federal da Paraíba.

Segundo relato de JUNIOR, Everaldo, em entrevista concedida a mim em outubro de 2020:

“Eu era o mais jovem da CEPLAR, e já tinha profissionais experientes, Dorinha, Iveline, Ligia, depois a Luiza, e depois outros mais. Eu tinha uma determinação em fazer alguma coisa que fosse a resposta à realidade que vivia a população brasileira era uma expressão da ordem Cristã, e essa resposta é dada aos poucos”.

Apesar do sucesso no processo educacional e a crescente adesão no número de matrículas trabalhar com crianças não satisfazia totalmente a equipe da CEPLAR. Queriam mais, queriam trabalhar com o povo, conscientizar os jovens e adultos, concentrar a atuação na população adulta analfabeta, e como resultado ter pessoas ativas na política do país.

Havia a necessidade de adaptar o Brasil às novas exigências do desenvolvimento nacional, nivelando as desigualdades regionais, segundo a crença de que apenas com desenvolvimento econômico equilibrado o Brasil seria capaz de romper com a sua dependência histórica com os países desenvolvidos e garantir sua soberania nacional (OLIVEIRA, L. L., 2002).

Portanto a CEPLAR não tinha apenas um cunho social, tinha objetivos políticos. O importante não era apenas ensinar a ler e escrever, era proporcionar aos jovens e adultos a oportunidade de ter acesso ao conhecimento de mundo, aflorar o seu ser crítico, por meio de uma educação problematizadora.

### 5.3. Atuação da CEPLAR

O primeiro espaço de atuação da CEPLAR, foi a povoação Índio Piragibe, conhecido como ilha do Bispo, mas logo se expandiu para outros bairros de João Pessoa (principalmente aqueles com a população mais carentes), no intuito de dialogar com a população, identificar os problemas sociais e nacionais, e agir naquela localidade.

O bairro da Ilha do Bispo foi o primeiro espaço escolhido pois segundo PORTO, Maria das Dores e Lage, Iveline (1995 pág. 48):

[...] ali estava instalada uma fábrica de cimento, a CIA Paraibana de Cimento Portland que, ao mesmo tempo era fonte de trabalho para a população e causa da debilitação de sua saúde devido à poeira do cimento que envolvia toda a área habitacional. Quem descia a ladeira encontrava, às portas do bairro, um depósito público de lixo onde crianças e adultos catavam resto de comida e materiais diversos para sobreviver. Situação desoladora e exemplo gritante da miséria em que vivia grande parte da população.

Era alarmante a situação de extrema pobreza que essas pessoas se encontravam. A CEPLAR além de uma campanha de alfabetização, era também uma estrutura de apoio à reivindicação dos direitos desse povo, como, direito a saúde, saneamento básico, alimentação e educação. Para isso começaram a reivindicar que a fábrica de cimento utilizasse de um filtro para evitar ou amenizar a poeira produzida pela fabricação de cimento que atingia a população do bairro.

Não bastava apenas que a CEPLAR fosse porta voz dos direitos do povo, era necessário que o próprio povo refletisse sobre sua realidade e se inserisse na luta pela mudança desta. Para isso a Campanha de Educação Popular precisava de recursos que expusessem esse contexto o qual a população estava imersa e o trouxessem motivação para buscar uma nova realidade.

Uma forma de provocar o diálogo com o povo era através de esquetes, (que se tratavam de pequenas peças de teatros), palestras e cursos. Através dessas ferramentas, a equipe da CEPLAR trabalhava temas da realidade da população carente, como: saúde, trabalho, desemprego, política e temáticas que se aproximasse da realidade da população.

Segundo JUNIOR, Everaldo e citado por LAGE, Iveline e PORTO, Maria das Dores (1995, pág. 51):

“Cheguei à CEPLAR em março de 62, quando estava sendo planejado um esquete que seria apresentado na ilha do Bispo e no Varadouro[...] Discutia-se a situação do campo, do Estado. As músicas apresentadas eram paródias em que se falava do desemprego, da miséria, dos problemas sociais. E o povo ouvia com muita atenção e participava dos debates. Muitas pessoas faziam perguntas. Havia muitos depoimentos a partir da própria vida das pessoas”.

Usar dessas ferramentas de exposição para entendimento dos contextos sociais, acarretou aproximação do povo à CEPLAR, ao verem sua realidade, seus anseios, suas carências sendo debatidas de forma tão clara e objetiva, fazia com que a população tivesse maior compreensão e reflexão de seus direitos e do meio em que viviam, percebiam que deveriam estar integrados a problemáticas sociais e políticas, e que isso afetavam diretamente a eles. O trabalho da CEPLAR era resultado de um início de conscientização das massas.

A ação da CEPLAR que iniciou na Ilha do Bispo, não se limitava apenas a esse espaço, mas também participava na elaboração de propostas com possíveis soluções para o trabalho na educação de crianças em outros âmbitos.

Segundo cópia do documento do arquivo pessoal de por PORTO, Maria das Dores, essas propostas foram apresentadas no “I Encontro de Professores Primários da Paraíba, realizado em julho de 1962, que tinha como título, “Problemas atuais do Ensino Primário na Paraíba”. Constava nesse documento elaborado pela CEPLAR e assinado por Dorinha, os seguintes tópicos: A escola primária e a educação e Problemas ao desenvolvimento da escola primária da Paraíba (centralização administrativa, a política e a educação, a rede escolar primária, o professor e o

ensino), conforme documento nos anexos I ENCONTRO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DA PARAÍBA.

A CEPLAR crescia a cada dia, e alcançava bons resultados, porém ainda não o esperado pelos membros fundadores da Campanha. Eles queriam alcançar os adultos também, pois o contato que eles tinham com os mesmos era apenas por ser responsáveis das crianças da escola Raul Machado. Queriam ter um processo educacional que abrangesse também a Educação de Jovens Adultos, tinham em mente que a mudança do país só seria possível por meio da alfabetização e conscientização do povo em geral.

Implantaram então a Educação de Jovens e Adultos no turno da noite, também no grupo escolar Raul Machado. Porém não houve uma adesão por parte dos adultos como o esperado. O cansaço, a falta de estímulo ou a descrença fazia com que o número de evasão só aumentasse. O material destinado à Educação de Jovens e Adultos não era considerado adequado, pois não estimulava a criatividade, não instigava o aprendizado, não trazia contextos de reflexão sobre a realidade e os alunos não se identificavam com a proposta trazida pelo material.

Assim, foi surgindo a necessidade de encontrar um método de ensino adequado à realidade dos camponeses. Segundo memórias do ex-membro da CEPLAR, JUNIOR, Everaldo (2020), o encontro do método que a CEPLAR tanto precisava se deu da seguinte forma:

“Germano Coelho intelectual chegava da Europa, ele é de Pernambuco e acho que foi Político em Olinda e fez uma conferência na associação Paraibana de imprensa e nós fomos assistir, no final fomos conversar com ele e falamos para ele a experiência que fazíamos e ele disse, existe no Recife na Universidade Federal do Recife, que era assim que chamava, a Universidade do Recife, no serviço de extensão cultural o professor Paulo Freire que coordena esse serviço de extensão cultural e ele tem aquilo que vocês precisam que é trabalhar com analfabetos, ele tá desenvolvendo um método de alfabetização; imediatamente a gente estabeleceu um contato com Paulo Freire e fomos a Recife, e tivemos um excelente entrevista com ele, e com outro coordenador, que era Jarbas Maciel [...]

Outro depoimento dado em entrevista desse encontro entre a CEPLAR com o método de alfabetização de Paulo foi o de PORTO, Maria (2020):

“Estávamos elaborando algo mais adaptado para esses grupos de alfabetização de adultos, quando tomamos conhecimento da existência de um Professor de Recife que criara e experimentava um método podendo alfabetizar em 40 horas... Fomos vê-lo. Duas horas depois de um diálogo altamente

construtivo, deixamos sua casa com o projeto de aplicar seu método em João Pessoa, adaptando-o à nossa realidade”.

A partir desse encontro, Paulo Freire elaborou um plano educacional para a CEPLAR, com treinamento para professores e coordenadores. Os educadores membros da CEPLAR aprenderam com o Freire o passo a passo de como colocar o “método” em prática, e registravam em seus arquivos tudo o que vinham aprendendo e como trabalhar na alfabetização dos sujeitos da EJA.

(DOCUMENTO DESSES REGISTROS EM ANEXO)

A meta era alfabetizar o primeiro grupo, formado por domésticas (1962). O objetivo foi alcançado. Em 40 horas este grupo decifrava conteúdos, lia e escrevia seus nomes.

## **6. O EDUCADOR PAULO FREIRE**

Paulo Reglus Neves Freire, nasceu em Recife - PE, no ano de 1921. Sua família era de classe média: seu pai era militar e sua mãe dona de casa. Freire era caçula entre os irmãos, e único que pode se dedicar aos estudos. Em meio à crise de 1929 sua família passou por muitas dificuldades financeiras, pobreza e fome, e tiveram que mudar de cidade, indo morar em Jaboatão do Guararapes, cidade próxima ao Recife. Anos depois, a família volta para Recife, quando Paulo Freire já estava adolescente.

No ano de 1943 Paulo Freire entrou na Universidade do Recife, onde estudou no curso de direito e se formou. Sonhava em ser juiz, porém não levou a carreira muito à frente, por falta de identificação com o ofício. Estudou filosofia da linguagem, e foi trabalhar como professor em uma escola, ensinando língua portuguesa, e foi nessa escola que ele conheceu sua esposa, Maria Costa Oliveira, com quem se casou no ano de 1944 e com quem, posteriormente, teve cinco filhos.

Em 1947, Paulo Freire foi convidado para trabalhar no SESI (Serviço Social da Indústria), onde exerceu o cargo de diretor do departamento de educação de cultura do serviço de Pernambuco. Foi nessa experiência que Paulo Freire teve o primeiro contato com a educação de jovens e adultos e assim com as mais diversas realidades, camponeses, domésticas, operários, trabalhadores da indústria e etc.

Os métodos de ensino utilizados para dar aulas nesse período eram tradicionais e tecnicistas, voltados para alfabetizar alunos das mais variadas faixas etárias. Na sala de aula, havia uma hierarquia, com o professor acima, detentor do saber e os alunos abaixo, que deveriam apenas receber aquilo que vos era passado.

Esse tipo de pedagogia não agradava a Paulo Freire, e o mesmo foi percebendo que não era uma tarefa fácil fazer com que os alunos tivessem interesse e entendimento por aquilo que estavam sendo proposto em sala de aula. Então Paulo Freire concluiu com essa experiência que se fazia necessário uma nova maneira de alfabetizar essas pessoas. Não se poderia alfabetizar nordestinos (ou povos de outras regiões) com palavras que lhe eram desconhecidas, por contextos distantes de sua realidade.

Um exemplo do que era abordado era a frase: “Eva viu a uva”, logo que Eva não era um nome muito comum nesse período, além da fruta uva, desconhecida no Nordeste até então para as classes mais pobres, ou seja, causava um certo estranhamento aos alunos, e logo não tinha interesse pelo contexto da aula.

Além disso Paulo Freire não concordava que fosse utilizado o método de alfabetização voltado para o ensino infantil (foco do ensino e planejamento escolar), também com o público da educação de Jovens e Adultos (deixada de lado, como algo não importante a ser abordado), pois essa era uma espécie de humilhação, era desqualificar tudo aquilo que o adulto trazia consigo de experiência de vida, de mundo, como se fosse um ser alheio de outros tipos de aprendizagem, além da escolar.

Os autores NETO, José e SANTIAGO, Eliete (2018, pág. 147) definem Paulo Freire:

“Paulo Freire é uma referência teórica e metodológica para a organização da escola na perspectiva do direito e da justiça social, fundada na realidade dos sujeitos e tecida como problematização desta realidade. Na base das suas formulações, está o tripé sem o qual a escolarização não se efetiva: teoria educacional, base material e prática pedagógica”.

Paulo Freire busca em sua filosofia de ensino quebrar com o ensino tecnicista, mecanizada, de repetição, que trata o aluno como um ser receptor de informações que devem compor uma linhagem de alunos escolarizados para suprir um sistema capitalista que valorizam apenas aqueles que se enquadram nesses padrões determinados pela sociedade.

Essa padronização da sociedade faz com que aqueles que sejam abastados dessa realidade, como pessoas analfabetas ou aqueles que não tiveram como concluir os seus estudos, se sintam cada vez mais longe e incapazes de se “enquadrar” no meio social-político, ou seja, os problemas sociais e suas mazelas fazem parte da vida desses excluídos, porém os mesmos não tinham o direito de opinar e lutar para mudança dessa realidade. É contra isso que vai a Pedagogia de Paulo Freire, contra a “opressão” do ser “oprimido”.

Segundo o próprio Paulo Freire, em seus escritos no livro Pedagogia do Oprimido (1967, pág. 69):

“De tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isto, terminam por se convencer de sua “incapacidade”. Falam de si como os que não sabem e do “doutor” como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais”.

O SESI – Serviço Social da Indústria, se tornava para Freire um espaço de aprendizado. Com a vivência em sala de aula, à medida que ensinava, também aprendia com os alunos, era uma espécie de “laboratório”. As diversidades de vidas e realidade, formulavam da cabeça de Freire, que não se podia oferecer aos alunos uma educação heterogênea, quando se lida com tantas polaridades. Paulo Freire viveu 10 anos de ensino nessa instituição, que constituíram o início da sua jornada na educação brasileira.

Em meio a esses questionamentos e insatisfação com o cenário educacional, no ano de 1957 Paulo Freire deixa do SESI, e passa a trabalhar com campanhas de alfabetização por várias cidades do Nordeste, com o intuito de fazer as pessoas não só ler palavras, mas ler o mundo, trabalhar a consciência crítica que existe dentro de cada indivíduo, mas que precisa ser aflorada, e isso só seria possível através da educação.

### 6.1. A Pedagogia de Paulo Freire

Depois dessa primeira experiência com educação em sala de aula, Paulo Freire foi convidado pelo então prefeito e, logo após, governador de Pernambuco na época, Miguel Arrais, para desenvolver um projeto de alfabetização de Jovens e Adultos. Freire aceitou o convite, e inquietava-se em buscar inspiração para criação de um novo método voltado para educação de Jovens e Adultos.

Em um passeio de carro com seu filho mais novo de apenas 2 anos de idade, Paulo Freire viu seu filho ler a palavra Nescau, e logo depois começa a cantar uma música associada a propaganda que passava nos comerciais da televisão, logo Freire pensou como é a relação de som e imagem, como o ser humano passa a associar de maneira mais fluida, quando se tem esse estímulo, visual e sonoro.

Paulo Freire passou a buscar palavras do cotidiano dos seus alunos, palavras que tivessem sentido e proximidade para aqueles que estavam aprendendo, como por exemplo: tijolo, pobreza, campo, salário, essas palavras tinham mais sentido para o povo nordestino na época, do que palavras desconhecidas do seu meio social. Esse processo de pesquisa e reflexão sobre a realidade do educando ia fazendo com que Paulo Freire fosse aprimorando seu método educacional.

Segundo PORTO & LAGE (1995, P. 34), na concepção de Paulo Freire, educação e realidade são dois elementos indissociáveis. Por um lado, a realidade é fonte de conteúdo para a educação e, por outro lado, a educação é um meio para decodificá-la e analisá-la nos seus aspectos sociais, econômicos e políticos. O desenvolvimento da capacidade de análise contribui necessariamente para o desenvolvimento da consciência crítica do adulto, levando-o a agir de modo consciente sobre essa realidade, modificando-a.

Com o passar do tempo o governador do Rio Grande do Norte, Aluísio Alves, também chamou Paulo Freire para desenvolver um projeto educacional para alfabetizar jovens e adultos. Em 1962, o estado do Rio Grande do Norte recebeu recursos de um programa financiado pelos Estados Unidos, criado no governo do presidente John Kennedy, chamado de Aliança para o Progresso. Segundo relato do museu virtual da Democracia:

[...] os EUA se comprometeram com um programa de ajuda financeira de longo prazo aos países latino-americanos. Em agosto, durante encontro em Punta del Este, Uruguai, seria aprovada a “Declaração aos Povos da América”, contendo os princípios fundamentais do programa: apoio aos regimes democráticos; aceleração do crescimento econômico e do desenvolvimento social; estímulo às reformas estruturais; melhoria das condições de educação e saúde da população; implantação de políticas monetária e fiscal contra a inflação; e incentivo às empresas privadas.

Dessa forma Paulo Freire recebe incentivo internacional para desenvolver seu método de alfabetização, método esse que já vinham ficando conhecido em todo país,

pela forma como era pensado, pelos excelentes resultados, e pela aceitação dos alunos. Paulo Freire vinha fazendo algo inédito e necessário, que muitos educadores, ou políticos, até então não tinham feito ao longo de muitos anos, pensar uma educação para Jovens e Adultos partindo dos interesses das classes populares.

Segundo o COSTA, Bruno (2016), a proposta de Paulo Freire estava tomando proporções cada vez maiores, expressa da seguinte forma:

“Como consequência, o que essencialmente diferenciou a proposta de educação popular de Paulo Freire das anteriores foi a aliança entre uma agenda educacional (como no caso da alfabetização) e uma luta política pautada a partir da voz do povo, em que o questionamento e a denúncia desses problemas pelo próprio povo fossem o esteio de sua mobilização e organização. A educação passava, então, a ser reclamada como direito e enxergada como um processo ao mesmo tempo político e pedagógico de formação da consciência sobre sua realidade. Essa educação deveria possibilitar ao povo conhecer o contexto histórico dos dilemas que diretamente o afetam e, munido de um repertório conceitual, formular respostas políticas a partir de seus próprios questionamentos. Sendo assim, é preciso compreender o surgimento e o crescimento desse trabalho e a contribuição de Paulo Freire como resultantes de uma série de mobilizações em torno da questão educacional, mas que, devido à sua preocupação com a politização do povo, extrapolavam as dimensões tradicionais da educação escolar e, de fato, reivindicavam, em nome da cultura popular, um projeto próprio de organização dessas camadas sociais”.

O “método” de alfabetização de Paulo Freire era constituído por cinco etapas que se davam da seguinte forma: na primeira era feito um levantamento do universo vocabular de acordo com o grupo que iria ser trabalhado, se fosse camponeses o meio em que os camponeses viviam, se fossem empregadas domésticas, era pesquisado de acordo com o ambiente que elas viviam, e assim com qualquer grupo de alunos. Após identificado o público, eram realizados encontros informais, para que em rodas de conversas fossem formulando as palavras que mais eram representativas e utilizadas no meio ao que estavam inseridos, palavras que faziam parte de sua rotina.

Na segunda fase e com a lista de palavras em mãos, eram feitas a seleção delas, que seguiam critérios, como por exemplo a que mais tinha sentido, a formação da palavra por grau de dificuldade, da menor para maior complexidade, além da seleção das palavras que mais representava o grupo como um todo. Essas seriam as palavras geradoras, ou seja, palavras que servirão de base para aprendizagem dos alunos.

Na terceira fase era elaborada a partir das palavras geradoras, criando situações existenciais, que seriam problematizadas, viriam de forma “codificada” e os alunos “decodificariam” seus significados, ou seja, para além de ler e escrever aquela palavra, iriam discutir e compreender problemas do seu meio social e regional. Na quarta fase eram elaboradas fichas, que seriam como roteiros das aulas. Esse roteiro serviria para nortear o desenvolvimento do debate. E por fim na quinta e última fase, eram feitas outras fichas, dessa vez com a decomposição das palavras, ou seja, a família fonética.

A filosofia pedagógica de Paulo Freire, não foi elaborada do dia para noite, foram anos de experiências no campo educacional, contato com a pluralidade de realidades, além de tudo a humanização com aqueles esquecidos pela sociedade. Paulo Freire considerava a educação como um ato político: a partir da educação o sujeito chegaria a consciência e a criticidade do meio em que vive, teria alcançado sua consciência crítica.

O psicanalista e ex-membro da CEPLAR, JUNIOR (2020), define consciência crítica da seguinte forma:

“ A consciência crítica que é tão esperada das pessoas pobres, dos trabalhadores, mesmo da classe média, essa consciência crítica da cultura brasileira ela vem com a proximidade mesmo, com o trabalho comum, de uma pesquisa com as classes populares com os trabalhadores do campo e da cidade, ela é marcada por isso aí, que é uma experiência, construir a consciência crítica não é uma intelectualização, não é muito menos, um voto de consideração por aqueles que sofrem, que são pobres, são negros, são discriminados, não, não é isso não, a consciência crítica vem à partir de um trabalho próximo às classes populares, é isso ... e outra coisa, a consciência crítica não é uma questão de informação, mas é uma questão de experiência de vida, que passa além da informação, passa pela questão subjetiva de cada um, passa por outras questões, pelo prazer de viver de cada um, para dizer um basta a esse sofrimento é preciso proporcionar a si mesmo e as outros, um modo de vida decente, são muitas nuances para a consciência crítica aconteça [...]”.

Para Paulo Freire o ato de ensinar é também um ato de aprender, chama de relação dialógico (pois através do diálogo a educação acontece) o educador e o educando aprendem juntos, problematizando e transformando a realidade.

## 6.2. Experiência de Angicos

Em 1963, o educador Paulo Freire levou para o Rio Grande do Norte um projeto pioneiro na alfabetização de jovens e adultos. A cidade escolhida foi Angicos, localizada no sertão, uma cidade pequena, pouco desenvolvida, com pouquíssimas escolas. Esse foi o cenário escolhido por Paulo Freire, para colocar em prática a experiência de alfabetizar jovens e adultos daquela região.

Os habitantes dessa pequena cidade viviam a base do plantio e colheita para subsistência. A maioria não sabia ler, nem escrever, não tinha conhecimento básico para melhoria de vida e noção dos seus direitos e deveres. Além disso, 75% da população não tinham direito de votar e os outros 25% praticamente só "ferraram" o nome.

O motivo da escolha para a cidade de Angicos experimentar a filosofia educacional de Paulo Freire, segundo GADOTTI, Moacir (2013) surgiu a partir:

“A experiência de Angicos nasce de um convite feito, em 1962, por Calazans Fernandes, Secretário de Educação do Estado do Rio Grande do Norte e coordenador do Serviço Cooperativo de Educação do Rio Grande do Norte (SECERN). Calazans Fernandes e Maria José Monteiro, ex-aluna de pedagogia de Paulo Freire, reuniram-se com ele no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife para falar sobre o projeto de Angicos. Paulo Freire aceitou o convite com duas condições: autonomia para contratar os coordenadores e alfabetizadores e não interferência político-pedagógica e ideológica (Paulo Freire temia que o fato de os recursos virem da Aliança para o Progresso pudesse interferir no seu trabalho)”.

É nessa realidade que chegou até a cidade uma equipe anunciando que em poucos dias Paulo Freire viria à Angicos com o projeto de alfabetização gratuito e aberto a todos que quisessem participar das aulas, que aconteceriam no turno da noite. Nessa convocação, alunos universitários explicam aos moradores o intuito do projeto e sua importância na vida daqueles moradores. Ainda nessas conversas os voluntários ouviam a demanda da população, seus vocabulários básicos, anotavam e levavam para ser discutidos, assim como era proposto o método de Freire.

Toda a cidade ficou animada com a nova experiência, com a oportunidade de se tornar “povo”, sair do anonimato e poder se tornar um cidadão perante a cidade, saber escrever seus próprios nomes. As aulas duravam em média uma hora por dia e aconteciam em espaços cedidos nas casas, à luz de lamparinas de querosene e velas. Palavras eram projetadas por um projetor também à base de querosene, que

no escuro mostravam filmes, palavras e sílabas aos alunos. Mesmo cansados da árdua jornada diária de trabalho muitos iam com animação frequentar as aulas. Às vezes quando o cansaço batia e os alunos se desanimavam para ir, as professoras iam buscar na porta de suas casas para que eles não desistissem e eles acabavam indo.

As palavras escolhidas em meio ao mundo vocabular dos moradores de Angicos foram “belota” (peça presa nas extremidades da rede para ser pendurada na parede), tijolo, cimento, plantação, mandioca e voto, entre outras palavras, que os remetiam a sua realidade, seus conhecimentos prévios.

Segundo relato de GADOTTI, Moacir (1997), educador e diretor do Instituto Paulo Freire em São Paulo:

“Paulo Freire colocou o oprimido no palco da história, pelo seu engajamento político e pela sua teoria como contra narrativa ao discurso dos poderosos e privilegiados. Ela valorizava, além do saber científico elaborado, também o saber primeiro, o saber cotidiano. Sustentava que o aluno não registra em separado as significações instrutivas das significações educativas e cotidianas. Ao incorporar conhecimento, ele incorpora outras significações, tais como: como conhecer, como se produz e como a sociedade utiliza o conhecimento... enfim, o saber cotidiano do seu grupo social”.

As aulas eram um sucesso, muito práticas, bem planejadas, obtinham importantes resultados. Moças e rapazes, senhoras e senhores de idade aprendem ao mesmo tempo, utilizando o mesmo conteúdo, e alcançam um dos seus principais objetivos, saber ler e escrever o próprio nome.

O professor e sociólogo GERMANO, José (1997), define essa experiência em Angicos:

“Fazer com que os participantes aprendessem a ler e a escrever e, ainda por cima, viessem a se politizar em 40 horas constituíam os objetivos fundamentais da experiência. Isso despertou enorme curiosidade, motivo pelo qual o trabalho de Freire e dos estudantes do Rio Grande do Norte correu o mundo. Em Angicos estiveram presentes observadores, especialistas em educação e jornalistas não somente dos principais meios de comunicação do Brasil, como do exterior. Para lá se deslocaram, por exemplo, representantes do New York Times, do Time Magazine, do Herald Tribune, do Sunday Times, do United e da Associated Press, do Le Monde”.

Para a última aula que aconteceu em 2 de abril de 1963, o então presidente da República na época, João Goulart e o general Castelo Branco comandante do 4º exército, foram a Angicos, ver esse feito de perto e admirou-se com os resultados

rápidos e satisfatórios do método de Paulo Freire. Alunos liam e escreviam demonstrando o que tinham aprendido ao longo dessas aulas, uma experiência esperançosa, que fez com que o então presidente quisesse utilizar o método de Paulo Freire para expandir para todas as regiões do país.

Segundo SECERN, (1963, p. 19-20) e citado por GADOTTI, Moacir (2013, p. 53):

“Esse era também o desejo não só de Paulo Freire, mas, igualmente, do Presidente da República João Goulart: “desejo que centenas destes cursos se espalhem pelo território brasileiro, para que, num futuro próximo, todos os nossos patrícios, todas as nossas patrícias e, especialmente, os que estão mais à margem da civilização, aqueles que vivem mais longe e são mais pobres, possam também receber este benefício mínimo, que é o direito, também, de participar e de se integrar na vida da Nação [...]. Este povo, quando tomar conhecimento das letras e depois delas das leis da nossa Pátria, há de se integrar ao País, na luta extraordinária que todos juntos devemos realizar pela emancipação econômica da nossa Pátria, para que não se assista espetáculos de tanto contraste social e de tanta miséria em tantas regiões da nossa Pátria”

O resultado dessa experiência foi que em apenas 40 horas, 300 pessoas foram alfabetizadas e, para além de pessoas, Angicos passa a ter uma população mais otimista, confiante que são capazes de aprender, independentemente da idade. Os cidadãos angicanos que foram analfabetos já não eram mais, passaram a ter direito ao voto, pois sabiam escrever o próprio nome.

### 6.3. O “método” de Paulo Freire junto a CEPLAR

O primeiro grupo escolhido para ser alfabetizado com o “método” de Paulo Freire foi o das trabalhadoras domésticas, que seria para Paulo Freire e para a equipe da CEPLAR uma experiência de observação. Era o quarto grupo alfabetizado (o primeiro da Paraíba e quarto da região nordeste) com esse método.

Segundo PORTO, Maria das Dores e LAGE, Iveline (1995, pág.16) a escolha desse grupo se deu pelo seguinte motivo:

“Membros da Juventude Operária Católica (JOC) estavam desenvolvendo um trabalho que muito repercutiu na classe média de João Pessoa: a sindicalização das empregadas domésticas. Suas dirigentes preocupadas com o fato de suas associadas não conseguirem ler as circulares, ofereceram-se para constituir um grupo de alfabetizadas. Recrutadas segundo seu grau de interesse, a experiência com elas realizadas constituiu um verdadeiro evento dentro e fora da Campanha”.

A experiência foi realizada com êxito, e em 40 horas o grupo estava alfabetizado, ainda que lendo com um pouco de dificuldade e levando um tempo para decodificar os temas. Ainda assim era uma experiência eficaz e empolgante.

Segundo relato de JUNIOR, Everaldo, a aplicação do método de Paulo Freire com o grupo das empregadas domésticas ocorreu da seguinte forma:

“Nós fizemos um curso em 1962, e nesse curso a gente fez o primeiro experimento do método de Paulo Freire, áudio visual na sede da CEPLAR, lá na praça Dom Adauto, e com a associação das empregadas domésticas que funcionava na Igreja da Misericórdia, e esse experimento foi acompanhado pela equipe de Paulo Freire e por ele pessoalmente e já no final da alfabetização, ele veio a noite participar da aula e eu me lembro bem, que ele fez um cartaz e botou água e botou veneno, aí perguntou as alunas e os alunos: qual desses beberiam? Responderam que não beberiam o veneno e beberiam a água quando tivesse com sede. Eu achei formidável e ele ficou muito contente e saiu com sua experiência anterior a de Angicos no Rio Grande do Norte [...]

Nessa pequena, mais importante experiência como o método de alfabetização de Freire, ficou claro para CEPLAR que eles estavam no caminho certo, tiveram a confirmação que era isso que precisava. Os alunos tinham uma identificação com o que estavam aprendendo, reconheciam nas aulas e no material de estudo conteúdos que experienciavam em suas vivências.

Segundo PORTO & LAGE. (1995, P. 35), para levar à prática seus princípios, Paulo Freire propunha uma nova concepção pedagógica em que o diálogo sobre a realidade concreta, sobre as situações existenciais, passa a ser o centro do processo educativo; em que a palavra escrita, o texto, só tem sentido dentro do contexto que lhe dá significado, que lhe dá conteúdo; onde os educandos não são receptáculos, mas "pesquisadores" críticos.

Com o crescimento da CEPLAR, cada vez mais era necessário reforços de novos professores e coordenadores. O projeto se expandiu não só nos bairros de João Pessoa, como também em várias cidades do interior, dentre elas: Mamanguape, Rio Tinto, Sapé, Pilar, Alhandra, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Gurinhém, Queimadas, Pocinhos, Puxinanã, Lagoa Seca, Alagoa Grande, Areia, Cruz do Espírito Santo, Itabaiana e Campina Grande.

## 7. A CEPLAR E AS LIGAS CAMPONESAS DE SAPÉ

No conjunto da organização da Campanha de Alfabetização existia a frente de mobilização popular, que funcionava na Associação Paraibana de Imprensa. Em algumas vezes nas mobilizações estavam presentes as Ligas Camponesas de Sapé, fazendo suas reivindicações. Sabendo a importância do movimento camponês, e a importância da bandeira de luta das Ligas que era a melhoria da vida do povo mais pobre, Everaldo Junior, um dos integrantes da CEPLAR, decidiu entrar em contato com um dos líderes das Ligas Camponesas, Pedro Fazendeiro. Foi marcado uma conversa em que foi exposto o trabalho da CEPLAR e a importância que seria ter os camponeses alfabetizados e integrados por meio do voto ao cenário político e social. Pedro Fazendeiro concordou com a proposta e aceitou o convite de participar das reuniões e dos debates, promovidos pela Campanha de Educação Popular

Segundo Everaldo Junior:

“ [...] eu me lembro deles na CEPLAR, participando dos nossos debates, porque no final a CEPLAR era um centro de debates, depois das 16:30 da tarde... então esse encontro provavelmente foi proposto por nós, e foi proposto o método de alfabetização e os círculos populares de cultura, que foi bem aceito pelos camponeses, pelas Ligas Camponesas, muito bem aceito em Rio Tinto, lá em Rio Tinto eu fui, cheguei a participar dessa organização”.

A partir dessa aceitação, o próprio Pedro Fazendeiro promoveu a realização dessas reuniões em Sapé e região, cedia os locais, reunia os interessados e assim Dorinha Porto junto com a equipe da CEPLAR se deslocava de João Pessoa ao encontro dos camponeses, para aulas de alfabetização. Segundo relato em entrevista a Dorinha Porto, ela relembra: “Fato inesperado, ele lançou por alto falante a presença de uma pessoa da CEPLAR, que iria criar escolas na região. Uma mesa tinha sido colocada em meio àquela multidão. Sou pequena. Subi na mesa com o microfone na mão e falei sobre o programa da CEPLAR”.

O aprendizado adquirido no encontro com Paulo Freire era repassado a outros professores que queriam contribuir com a Campanha de Educação Popular, segundo JUNIOR, Everaldo:

[...] “nós preparamos os professores, tal como nós somos preparados do serviço de extensão cultural do Recife e não foi apenas o aprendizado de um método, mas foi o que a gente chamava de realidade brasileira, então os nossos professores eram advertidos, não somente da aplicação da técnica do método, mas também do

debate, de passar a palavra, de registrar a participação daqueles analfabetos que buscavam alfabetização, porque a gente pensava em escrever livros, que depois fossem entregues aos trabalhadores, aos analfabetos, depois de alfabetiza-los, então eu posso lhe dizer que de modo geral, por exemplo, no final de 63, tá no livro foi feito uma aprovação maior no número de professores, e também no começo de 64 queriam trabalhar na educação popular, de leva-la a consciência crítica e fomentar a consciência, sem doutrinar né? Esperando o que eles tinham a dizer”.

O local escolhido para as aulas acontecer foi Miriri que ficava entre os municípios de Sapé e Mamanguape, por ser um local de acesso mais fácil para os camponeses, segundo PORTO, Maria das Dores e LAGE, Iveline (1995 pág.118):

“Como se sabe naqueles anos, no Nordeste, a área rural eram constituídas de terras vastas, salpicadas de casas que se distanciavam umas das outras de alguns quilômetros. A escolha de pontos centrais, permitindo o acesso da população aos cursos, era de maior importância. Dessa reunião, resultou a escolha dos locais de implantação das escolas e a criação de um grupo de colaboradores. Miriri, propriedade de 7.436 hectares situada entre as cidades de Sapé e Mamanguape, que se tornara conhecida pela violência dos incidentes ali ocorridos, foi escolhida para ser a primeira área de implantação dos núcleos na região. Era habitada por cerca de 2.000 famílias, a maioria delas residia na propriedade há vários anos[...]”.

Com o espaço definido começava a preparação das aulas. Baseado no método de Paulo Freire, os membros da CEPLAR fizeram pesquisa vocabular, elaboraram temas geradores tudo baseado na realidade do povo camponês. As palavras comuns à realidade do campesinato era: reforma agrária, trabalho, enxada, terra, plantio, tudo que remetesse aos interesses de luta e reivindicação das Ligas.

(Documento da pesquisa vocabular em anexo)

Foi responsabilidade também da CEPLAR, levar os recursos para construção de pavilhões para as aulas acontecerem. Os camponeses auxiliavam na mão de obra para montagem dos espaços, estavam empolgados e com vontade de aprender. Em seguida foram construídos mais oito núcleos em Sapé. Quem ficou responsável pelo núcleo de Sapé foi Dorinha (Maria das Dores), assim também como Mari e Miriri. O objetivo era alfabetizar em um ano 80% dos camponesas das Ligas.

O acesso para chegar aos pavilhões das aulas não era tão fácil pois a estrada era de terra, e os caminhões atolavam no caminho. Mesmo assim a equipe da CEPLAR não desistia, continuava o trajeto a pé, pois não poderia deixar os camponeses a sua espera, e isso acontecia durante os finais de semana. A chegada

a Sapé era motivo de festa das famílias que aguardavam ansiosamente as aulas durante a semana.

## **8. O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964**

A ligação da CEPLAR com o movimento das Ligas Camponesas foi causando nos latifundiários e no governo desconfianças que a Campanha de alfabetização estaria apoiando o movimento “comunista”, e que essa ligação poderia fortalecer o movimento, dando aos camponeses o direito ao voto, pois deixariam de ser pessoas analfabetas, além de conscientes de seus direitos.

Alunos camponeses passaram a receber ameaças para não irem as aulas, professores que vinham de João Pessoa para Sapé aos sábados passaram a ser perseguidos, coagidos e temiam que as ameaças a sua integridade física e até mesmo a vida fossem de fato realizadas. Um dos pavilhões onde aconteciam as aulas foi ateadado fogo, sendo encontrado as cinzas. Pichações pela cidade chamavam a CEPLAR de comunista e de propagar ideias subversivas (pois trabalhavam com a pedagogia de Paulo Freire e era assim como o consideravam, subversivo). Mesmo com constantes ameaças a CEPLAR já contava com 80 núcleos distribuídos pela Paraíba, e funciona a todo vapor.

Muitos camponeses já estavam alfabetizados e a CEPLAR já tinha realizado cursos com as filhas mais velhas dos camponeses, para que as mesmas pudessem ajudar dando aula na região e que a Campanha aumentasse seu alcance.

Segundo PORTO, Maria das Dores e LAGE, Iveline (1995, pág. 121) desde o início da fundação da Campanha de Educação Popular tiveram apoio do governo, porém no dia 30 de março, perceberam que isso começaria a mudar:

[...] a responsável da área de Miriri apresentou-se ao Palácio do Governo, com ordem assinada pelo governador, para acompanhar um caminhão de madeira destinado à montagem dos bancos do último pavilhão construído. As portas do Palácio, que até então estavam abertas para a CEPLAR, pareciam, de repente, se fechar. A responsável foi informada, por um assessor do governador, que tinha ordem de não deixar o motorista partir. Mas coordenadores e famílias a esperavam para realizar a tarefa prevista. Na tarde daquele dia, mesmo sem a madeira prometida, dirigiu-se em direção ao novo pavilhão. Após a travessia de um riacho viu surgir do meio do mato um capanga armado, refratário ao diálogo, que com voz forte e

decidida ameaçava: “Se avançar atiro!” Pela última vez “visitou” o campo.

Em 31 março do ano de 1964, o prédio da CEPLAR foi invadido e teve seus documentos apreendidos, móveis quebrados, maquinários utilizados para dar aulas levados, alguns dos professores presos, acusados de formar e promover o comunismo, assim como Cuba, onde não tinham classes sociais, exploração da mão de obra e livre acesso aos meios de produção.

Os professores presos foram soltos dias depois, porém grande parte dos pavilhões, e a sede já havia sido desarticulados, dando assim uma pausa nos projetos de alfabetização promovidos pela CEPLAR.

Dentre os professores que foram presos estava Dorinha, Iveline e Lígia que foram levadas pela polícia e os documentos lá apreendidos serviriam com base para acusações no processo as quais foram vítimas. Segundo JUNIOR, Everaldo que presenciou o exato momento de invasão ao prédio da CEPLAR, relatou que:

“Era começo de março de 64, em 31 de março teve o golpe invadiram a sede da CEPLAR no dia 1º, as meninas da CEPLAR, Dorinha, Iveline, Lígia e a Luiza, estavam presas, porque em 31 de março de 1964, elas estavam lá, tinha fechado a CEPLAR, tínhamos saído de lá, eu também estava, só que eu não fui para frente da mobilização popular e fui para casa, e quando voltei a noite a CEPLAR estava invadida pela polícia estadual, pelas forças de repressão e presas muita gente, e eu assisti a prisão delas, no dia primeiro de Abril a CEPLAR foi invadida e foram levados todos os projetores de slides para a alfabetização de adultos, todo nosso material do departamento de artes, psicanálise e do departamento de educação que era coordenado por Dorinha foi todo levado, foi todo tirado de lá, inclusive material precioso, não só do ponto de vista histórico, mas também como projetores que eram caros, e que a gente usava esses projetores para fazer o método de alfabetização e a CEPLAR foi trancada [...]

A Campanha de Educação Popular na Paraíba foi um movimento que auxiliou na mudança de vidas de muitos que beiravam a miséria, a fome, além de propagar uma educação inovadora pensada para a alfabetização de Jovens e Adultos, que foi e é a filosofia pedagógica de Paulo Freire. Nas palavras de JUNIOR, Everaldo, a CEPLAR foi:

[...] a CEPLAR foi para todos nós para cada um dos seus participantes, uma escola de formação, na medida que o trabalho se desenvolvia e nós estávamos próximos dos populares das Ligas, da cidade, da Ilha do Bispo, da Torre, e de muitos outros lugares,

alfabetizando os adultos, passando a palavra para aqueles adultos analfabetos, que falavam da sua vida do que faziam e nós escutamos, e às vezes debatíamos com ele, veja, é muito mais simples é muito mais direto que a consciência crítica de um dos participantes, existia né? Não é apenas uma questão do conhecimento - a consciência crítica, mas é uma questão que passa por dentro das pessoas, que passa pelo contato, que passa pela passagem da palavra, isso é muito importante”.

Em 01 de abril de 1964, se deu início ao Golpe Civil-militar (com duração de 21 anos, tendo fim apenas em 1985), promovido pelas forças armadas, contra o então presidente João Goulart. As forças conservadoras estavam se sentindo ameaçadas pelo governo de Jango pelo fato de considera-lo um governo comunista. O golpe foi considerado Civil – militar porque além da ação militar, empresas, indústrias e latifundiários deram apoio ao golpe. Ao tirar João Goulart do poder quem assume a presidência é o General Castelo Branco.

Com o golpe militar efetuado, tanques do exército tomaram as ruas. As Ligas Camponesas foram silenciadas, muitas camponeses sentiram medo de continuar apoiando o movimento. Elizabeth Teixeira é levada presa, passando 4 meses na prisão, assim como Nego Fuba e Pedro Fazendeiro. Em setembro de 1964, Nego Fuba e Pedro Fazendeiro são soltos: saem do 15º batalhão em Cruz das armas em João Pessoa onde estavam presos, e ao retornar para Sapé ambos sofrem um atentado, sendo mortos a tiro, e, em seguida, os corpos carbonizados, o que levou a uma comoção em massa - os principais líderes das ligas assassinados covardemente.

Em suas memórias JUNIOR, Everaldo conta como foi a morte de Pedro fazendeiro e Nego fuba, e descreve da seguinte forma:

“Conheci Pedro Fazendeiro que era o líder das Ligas Camponesas de Sapé, conheci ele morando em Oitizeiro, fui lá conversar com ele, a mando da CEPLAR, ele saiu de Sapé porque ele foi agredido e ameaçado de morte, e foi aconselhado a vir para João Pessoa, e só ir para Sapé com segurança, para trabalhar. Pedro Fazendeiro e Nego Fuba em 1964 foram presos, e depois foram soltos e foram encontrados depois dois corpos lá em Areia, encontrados pelo cineasta Machado Bittencourt que era fotografo de um jornal de Campina Grande e foi fotografar esses dois corpos e depois foi conhecido que esses dois corpos eram de Pedro Fazendeiro Líder das Ligas Camponesas[...]

Elizabeth Teixeira ao sair da prisão vai para a casa de seus pais onde passa alguns dias. Em seguida, os militares voltam a sua casa para leva-la presa novamente. Ela temia pela vida dela: dessa vez ela sentia que seria torturada e morta.

Segundo relato de Elizabeth Teixeira ao filme/documentário “Cabra marcado para morrer” (1984):

[...] meditei assim, e me vali do velho, disse, papai não é possível eu ir acompanhada de tanto policial, já que eles dizem que é amigo do senhor papai, fala com que esses policiais vá embora, que eu vá me apresentar amanhã, eu me encontrava doente, meu pai falou com o coronel Luiz de Barros, que não era possível eu ir, que no outro dia dava certeza eu ir me apresentar, então era a palavra dele para me apresentar no outro dia, no outro dia não foi possível, eu “apanhei” o carro dizendo que ia me apresentar, mas não é possível saber que iria ser torturada ou até morta como o Alfredo e o menino [...]

Percebe-se que Elizabeth não tinha outra escolha, ela sentia que poderia ser morta assim como seus companheiros de luta. Então decidiu fugir. Deixou seus filhos com seus pais e parentes e levou apenas o filho mais novo, adotou um nome falso, passou a ser chamar Marta Maria da Costa, e ficou exilada em uma cidade da divisa entre a Paraíba e Rio Grande do Norte. Ao assumir uma nova identidade ninguém sabia do seu passado, das suas dores e nem do movimento de luta em que Elizabeth tinha participado.

Ao se passar 17 anos retorna a Paraíba, para sua antiga casa, corta relações com a família e mesmo morando no mesmo terreno não falava com seus pais, pois os mesmos a considerava um comunista e não aceitava esses “pensamentos subversivos” em uma pessoa de sua família. Alguns filhos de Elizabeth foram para o Rio de Janeiro trabalhar, dois deles moravam com eles, outros foram criados por seus pais, outros ficaram na casa de seus tios.

Com o golpe instalado, Paulo Freire também sofre perseguições, passa ser convocado a dar depoimento várias vezes, recebia acusações de ser comunista, de implantar ideias subversiva em seus alunos, de ir contra a democracia do país, por mais que tivesse que comparecer aos depoimentos Freire não esperava por sua prisão. Em 16 de junho de 1964, policiais vão até sua casa e o leva preso, ficando preso por 70 dias, foi solto e passou a ter que prestar mais depoimentos. Elza sua esposa, pedia que fossem embora do país, mesmo contra a vontade Paulo Freire não viu outra alternativa e se exilou junto com a família na Bolívia, posteriormente indo para os países como Chile e Estados Unidos.

Paulo Freire fica exilado fora do Brasil por 15 anos, e dentro desse período escreve uma de suas obras mais famosas o livro, “Pedagogia do Oprimido”. Em 7 de agosto de 1979 Freire retorna ao Brasil.

Os membros da CEPLAR tiveram seus processos finalizados em 1968, pois não foram encontradas provas suficientes para incrimina-los no processo de subversão, porém aqueles que tinha vínculos empregatícios com o estado, foram exoneradas dos cargos públicos. Everaldo Junior o membro mais novo da CEPLAR que cursava medicina na UFPB teve seu curso cassado, segundo ele relatou:

“Na Universidade Federal da Paraíba, eu fui cassado, eu fiz meu curso de medicina lá, eu fui cassado, a matrícula cassada, só pude concluir meu curso em 1971, eu estava no quinto ano em 69, em 70 eu fiz o quinto e em 71 o 6º, e terminei, não só eu, muito estudantes do ensino público da Universidade, muitos professores foram cassados em 68, pelo ato institucional número 5, e o 477, muito difícil né? Se instalou no Brasil o terror - a ditadura militar se aprofundou”.

A Ditadura Civil-militar veio de forma para destruir a democracia existente no Brasil. Inúmeras pessoas sofreram repressão do governo, na forma de prisão, tortura, exílio e a morte. Foram 21 anos difíceis em que a imprensa, setores artísticos, educacionais, políticos que fossem contrários ao governo, seriam perseguidos e reprimidos, além de tudo a desigualdade social foi alavancada ainda mais.

Em 1979 Paulo Freire retorna ao Brasil e filia-se ao PT- Partido dos Trabalhadores. No mesmo ano aceita um convite para lecionar na UNICAMP. No ano de 1989 assume o cargo de secretário de educação do município de São Paulo, no governo de Luíza Erundina. Cria, nesse mesmo ano, o MOVA – Movimento de Alfabetização, destinado a educação de Jovens e Adultos.

No ano de 1997, Paulo Freire faleceu com 75 anos de idade, em consequência de um ataque cardíaco, deixando um legado na educação, na filosofia e em tantas outras áreas. Em 2012, no governo da então presidente Dilma Rousseff, foi escolhido como Patrono da Educação Brasileira, por meio da Lei nº 12.612, de 13 de abril de 2012, publicada no Diário Oficial da União. A escolha de seu nome, deu-se graças a dedicação de uma vida à educação brasileira.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa foi realizado em meio a pandemia da Covid-19 e contou com muitos obstáculos que dificultavam o processo de pesquisa e coleta de dados, para a confirmação ou não da possível ligação de Paulo Freire com as Ligas Camponesas de Sapé. Não se tem muitos registros oficiais, e muitas pessoas que busquei auxílio como fonte de pesquisa não deixavam rastros de que essa ligação seria possível ou confirmada.

O livro, CEPLAR -A história de um sonho coletivo, é um registro que conta a história da Campanha de Educação Popular que existiu aqui na Paraíba, que foi uma pequena, mas expressiva campanha de alfabetização, e que até a atualidade não recebeu o reconhecimento político, social e pedagógico que a mesma merecia ter. Contou com pessoas que se dedicaram a esse projeto (Iveline Lage, Everaldo Junior, Livia, José Lustosa, Dorinha e tantos outros integrantes da CEPLAR) e que conseguiram levar a Pedagogia de Paulo Freire a tantas outras pessoas que precisavam deixar o analfabetismo de lado e passar a ser homens e mulheres com conhecimento de mundo, do seu mundo.

Portanto foi a partir dessa fonte que encontrei respostas que me apontavam para a confirmação que Paulo Freire esteve presente no processo de alfabetização de camponeses. A partir daí busquei encontrar pessoas que tivessem experienciando esse período e tivessem contado com o membros da CEPLAR. Dessa forma, recebi indicações de pessoas que me fariam chegar a duas importantes fontes para minha pesquisa, os ex- membros da CEPLAR e que tiveram contado direto com Paulo Freire, Everaldo Júnior e Maria das Dores, que aceitaram passar por uma entrevista e me conceder depoimentos e documentos que me trouxeram a confirmação do meu problema de pesquisa, assim levou -me a concluir que o pensamento pedagógico de Paulo Freire esteve presente de forma direta nas Ligas Camponesas de Sapé, além de muito expressiva.

Verifica- se também que a filosofia de ensino de Paulo Freire teve desde o início de sua concepção muita sensibilidade e cuidado com o público para qual seria destinado, sujeitos “esquecidos” no campo pedagógico e social do país, os jovens e adultos, tudo pensando a partir do aluno e para o aluno, ou seja, o aluno como centro da aprendizagem. Paulo Freire, ao auxiliar no processo de alfabetização dos camponeses, colaborou para que o povo chegasse a alcançar o direito ao voto, assim

estava dando voz ao povo do campesinato, assim concedendo mais uma ferramenta de luta pelas reivindicações e conquistas de direitos.

Ao finalizar esse estudo é possível destacar semelhanças entre Paulo Freire, membros da CEPLAR e os camponeses integrantes das Ligas. Todos esses vieram para fazer a diferença, lutaram com coragem por direitos seus e do próximo, sofreram até as últimas consequências, para que pudéssemos chegar a um país um pouco mais igualitário e democrático.

Considerando todo o processo para a concepção desse trabalho de conclusão de curso, deixa a intenção e inquietação de estender essa pesquisa no campo acadêmico de forma a buscar uma melhor especialização no assunto e quem sabe contribuir para revitalização da memória entre a história de Paulo Freire, a CEPLAR e as Ligas Camponesas de Sapé.

## REFERÊNCIAS:

ALVES, Juliana; **Lutas e resistência na Paraíba: A Liga Camponesa de Sapé.** Encontro Regional Nordeste de história oral. Universidade Federal do Ceará, 2017.

COSTA, Bruno. **Paulo Freire: Educador – pensador da educação.** Sciello Brasil. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/pp/a/pdZz6q8xSKKLV5GPMrKggZb/?lang=pt>> Acesso: 05/06/2021.

DANTAS, Éder; NUNES Paulo; SILVA, Rodrigo. **Golpe Civil-militar e ditadura da Paraíba:** História, memória e construção da cidadania. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

DÉCADA DE 50. **Portal da Câmara dos Deputados**, 2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/visitantes/panorama-das-decadas/decada-de-50>. Acesso em: 31/05/2021.

Filme “**Cabra marcado para morrer**”. Direção: Eduardo Coutinho, Acervo Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 1984 Disponível: <https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/916>. Acesso em: 30/10/2020.

FREIRE, Paulo; **Pedagogia do oprimido.** 69º Edição, Brasil: Editora Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. **Lições de Freire**, 1997. Sciello Brasil. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rfe/a/TYY78TDjkXWnB7HLqj7SkKz/?lang=pt>>. Acesso em: 31/05/2021.

GERMANO, José. **As quarentas horas de Angicos.** 1997 Sciello Brasil. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/es/a/KzhSH7F5pFyZnMyWkXSdpst/?lang=pt>>. Acesso: em 31/05/2021.

LEMONS, Francisco de Assis. **Nordeste:** O Vietnã que não houve ligas camponesas e o golpe de 64. 2º Edição, Paraíba: Edições Linha D'água, 2008.

LOPES, Eduardo Jorge; AMORIM, Roseane Maria. **Paulo Freire:** Culturas, ética e subjetividades no ensinar e aprender. João Pessoa: Editora do CCTA/UFPB, 2018.

MARTINS, Aguinaldo; CASTRO, Letícia; NUNES, Sandra. **Fundamentos da Educação de Jovens e Adultos e Educação Popular.** Editora Universidade Estácio de Sá.

Ministério da Educação. **Paulo Freire é declarado Patrono da educação brasileira. 2012.** Disponível em: < [OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. \*\*Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração\*\* - Catalão: UFG, 2011. 72 p.: il.](http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/17681-paulo-freire-e-declarado-o-patrono-da-educacao-brasileira#:~:text=O%20educador%20e%20fil%C3%B3sofo%20pernambucano,%C3%A0%20educa%C3%A7%C3%A3o%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20pobre.> Acesso: 06/06/2021.</a></p></div><div data-bbox=)

PORTO, Maria das Dores; LAGE, Iveline. **CEPLAR: História de um sonho coletivo.** 1º Edição, Paraíba: Departamento de produção Gráfica/SEC - PB, 1995.

Revista publicada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES- SN - **Universidade e Sociedade: O legado de Paulo Freire para a educação** - São Paulo: Ano xxx- N° 66-2020.

RIDENTI, Marcelo. **O romantismo revolucionário da Ação Popular: do cristianismo ao maoísmo.** Latin American Studies Association, The Palmer House Hilton Hotel, Chicago, Illinois, 1998.

SHEPARD, Forman; **Camponeses e sua participação no Brasil.** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2009.

TARGINO, Ivan, MOREIRA, Emília e MENEZES, Marilda. **As Ligas Camponesas na Paraíba: Um relato a partir das histórias dos seus protagonistas.** Ruris I, Volume 5, número 1, 2011.

# **ANEXOS**

será administrada por uma diretoria composta de 4 (quatro) diretores, residentes neste Estado, eleitos pelo prazo de cinco anos, em Assembléia Geral, podendo ser reeleitos. Parágrafo 1o. — Os Diretores com notória idoneidade moral e reconhecida capacidade administrativa, se denomina: — Diretor-Presidente, Diretor Vice-Presidente, Diretor-Comercial e Diretor Técnico — Parágrafo 2o. — Além da atribuição de substituir nas faltas e impedimentos o Diretor-Presidente, compete a Diretor Vice-Presidente a administração dos escritórios da Companhia no interior do Estado — Parágrafo 3o. — Não podem ser Diretores os incapazes de negociar, os que tiverem na diretoria, sócios, ascendente, descendente ou parente consanguíneo, ou afins até o terceiro grau. Proponho ainda que os arts. 17o, 18o e 19o. passem a ser redigidos como seguem: — Art. 17o — As licenças ao Presidente e aos demais Diretores da Companhia serão concedidas pela Diretoria, perdendo o cargo o Diretor que deixar o exercício por mais de 30 (trinta dias) consecutivos, sem licença ou motivo justificado. Parágrafo único: — A Diretoria reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que o Diretor-Presidente convocar, e deliberará por maioria de votos, cabendo ao Diretor-Presidente além do voto pessoal o de desempate. Art. 18o — Todos os documentos que importarem em obrigações de ordem financeira ou patrimonial da Companhia, superiores a Cr\$ 100.000,00 (Cem mil cruzeiros), devem ser assinados pelo Diretor-Presidente e mais outro Diretor, respeitando-se quanto a esta, sempre que possível, as suas atribuições. Art. 19o — Nos impedimentos temporários, o Diretor Vice-Presidente será substituído pelo Diretor Comercial, e este pelo Diretor-Técnico, cabendo ao Diretor Vice-Presidente substituir o Diretor Técnico. Esperando que as alterações aqui apresentada mereçam a aprovação da Casa, subscrevo-me, cordialmente Oscar Sampaio Visgheiro Presidente do Fagrín. E como nada mais tenha a acrescentar ou retificar encerro a presente Ata, que assino com os demais acionistas presentes João Pessoa, 28 de Fevereiro de 1963

FÉLIX CAHINO — 2o. Secretário

RÔMULO ROMERO RANGEL

CLOVIS MORENO GONDIM

ARTUR TINÓCO FILHO

OSCAR SAMPAIO VISGUEIRO — (pelo Fundo de Desenvolvimento Agrícola e Industrial — FAGRIN)

CONFERE COM O ORIGINAL:

Cia. Distr. Eletr. Brejo Paraibano

RÔMULO ROMERO RANGEL — Diretor-Presidente

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA PARAÍBA

## CERTIDÃO

CERTIFICO que a presente ata está arquivada nesta Junta na Escarcela n. 162, por despacho de 4 de abril de 1963. E para constar eu, Maria Emilia de Sá Leitão, Auxiliar Escritório Nível F-4, lotada nesta Junta, passei a presente certidão datilografada aos cinco dias do mês de abril de 1963. Subscrevo e assino. Junta Comercial do Estado da Paraíba, em 5 de Abril de 1963. Maximiano da Franca Néto — Secretário

## Estatuto da Fundação Campanha de Educação Popular

### TÍTULO I — Da Sociedade e seus fins

Art. 1o — A Fundação Campanha de Educação Popular (CEPLAR) é uma sociedade civil, de duração ilimitada tendo sede e foro na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e se regerá pelo presente Estatuto.

§ único — A CEPLAR poderá organizar, a critério do Conselho Deliberativo, sob sedes municipais, cujos regimentos internos deverão obedecer às diretrizes do presente Estatuto.

Art. 2o — A CEPLAR tem por fim:

a) promover e incentivar a educação fundamental de crianças, adultos e adolescentes;

b) proporcionar a elevação do nível cultural do povo, preparando-se para a vida e para o trabalho;

c) criar e manter serviços educativos destinados a elevar o nível material do povo;

d) formar grupos destinados a interpretar sistematicamente e transmitir os múltiplos aspectos da cultura popular.

Art. 3o — Para atingir os seus fins, poderá a CEPLAR assinar acordos e convênios com entidades de direito público ou privado, bem como assegurar o intercâmbio com instituições similares do país ou do estrangeiro.

### TÍTULO II — Dos órgãos da entidade e sua competência

Art. 4o — São órgãos de administração da CEPLAR:

a) O Conselho Deliberativo;

b) O Conselho Curador;

c) O Conselho Diretor

### CAPÍTULO I — Do Conselho Deliberativo

Art. 5o — O Conselho Deliberativo é o órgão soberano e será constituído de todos os que houverem feito dotações especiais de bens livres para a criação da presente Fundação, do Conselho Curador e do Conselho Diretor.

Art. 6o — Poderão ainda fazer parte do Conselho Deliberativo, todos aqueles que, a juízo dele:

a) hajam revelado qualidades excepcionais em cursos organizados ou mantidos pela Fundação;

b) distinguirem-se no meio local pelo seu saber notório ou pela alta relevância do seu comportamento profissional, moral ou social;

c) fizerem doação de monta a Fundação.

Art. 7o — O Conselho Deliberativo se reunirá em caráter ordinário nos meses de julho e dezembro, e, extraordinariamente, toda vez que for convocado regularmente.

§ único — O Conselho Deliberativo poderá ser convocado extraordinariamente pelo terço mínimo dos membros que o constituem, pelo Presidente, ou pela maioria simples dos membros do Conselho Curador.

Art. 8o — As convocações referidas no artigo anterior deverão efetivar-se:

**I — Ordinariamente**

- a) em primeira convocação, se publicados os respectivos editais, com antecedência mínima de 5 dias, no jornal oficial do Estado, devendo-se mencionar o objetivo da reunião, o dia, hora e local em que deverá realizar-se;
- b) em segunda convocação, se publicados os editais com antecedência mínima de 48 horas.

**II — Extraordinariamente**

- a) em primeira convocação, os editais deverão ser publicados com antecedência de 48 horas no mínimo;
- a) em primeira convocação, os editais deverão ser publicados com antecedência de 24 horas no mínimo.

Art. 9º O Conselho Deliberativo, em primeira convocação, só decidirá, com a presença da maioria absoluta dos membros que o constituem, mas, com qualquer número, em segunda convocação.

Art. 10º — Compete ao Conselho Deliberativo:

- a) conhecer do balanço geral, relativo ao exercício findo, acompanhado do parecer do Conselho Curador;
- b) opinar sobre o relatório anual, referente às atividades da Fundação, apresentado pelo Presidente;
- c) eleger de 2 em 2 anos:
- 1) Os membros do Conselho Diretor
  - 2) Os membros do Conselho Curador e seus respectivos suplentes.
  - 3) Escolher o Diretor Executivo, dentre a lista triplite sugerida pelo Presidente.
- d) modificar o presente Estatuto;
- e) destituir membros dos Conselhos Curador e Diretor quando fugirem às diretrizes estatutárias, após denúncia fundamentada por qualquer dos membros;
- f) decidir sobre a aceitação de doações e sobre a alienação de imóveis.

**CAPÍTULO II — Do Conselho Curador**

Art. 11 O Conselho Curador compõe-se de 3 membros e suplentes, todos eleitos, por 2 anos, pelo Conselho Deliberativo, dentre os membros fundadores, podendo ser reeleitos.

Art. 12º — Ao Conselho Curador compete:

- a) examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação, o estado da caixa e os valores em depósito, devendo os demais administradores fornecer-lhes as informações que solicitarem;
- b) lavrar no livro de "Atas e Pareceres" do Conselho Curador os resultados dos exames a que procederem;
- c) apresentar ao Conselho Deliberativo parecer sobre as atividades econômicas e financeiras da Fundação no exercício em que servirem;
- d) denunciar ao Conselho Deliberativo os erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis à Fundação;
- e) convocar o Conselho Deliberativo, se o Presidente do Conselho Diretor retardar por mais de um mês a sua convocação ordinária, e fazê-lo extraordinariamente sempre que ocorrerem motivos graves e urgentes.

Art. 13º Os membros eleitos para o Conselho Curador

- d) denunciar ao Conselho Deliberativo os erros, fraudes ou crimes que descobrir, sugerindo as medidas que reputar úteis à Fundação;
- Art. 13º Os membros eleitos para o Conselho Curador deverão, na primeira reunião, eleger, por sua vez o seu presidente.

**CAPÍTULO III — Do Conselho Diretor**

Art. 14º O Conselho Diretor será constituído de:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Diretor Executivo;
- d) Secretário Geral;
- e) Tesoureiro;

f) Diretores de Departamentos;

g) Representante da CAFE.

Art. 15º — Compete ao Conselho Diretor:

- a) aprovar os regimentos internos;
- b) aprovar os planos de trabalho e as propostas orçamentárias e acompanhar-lhes a execução;
- c) aprovar os planos para seleção de bolsistas;
- d) autorizar a abertura de créditos adicionais;
- e) aprovar o quadro e fixar a remuneração do pessoal administrativo;
- f) deliberar sobre a guarda, aplicação e movimentação dos bens da Fundação;
- g) decidir sobre a criação e manutenção de novos cursos ou serviços educativos e departamentos;
- h) fixar as anuidades a serem cobradas dos alunos contribuintes;

i) encaminhar ao Conselho Curador o Balanço e relatório anuais, acompanhados do parecer subscrito por todos os membros, com expressa consignação dos votos respectivos;

j) escolher os diretores de divisão e de serviços;

l) convocar extraordinariamente o Conselho Curador;

m) decidir sobre o afastamento temporário, por férias ou licença, dos seus membros.

Art. 16º — O Conselho Diretor reunir-se-á de forma ordinária:

a) mensalmente para rever o andamento dos trabalhos;

b) quando se fizer necessário, convocado pelo presidente ou pela maioria dos membros que o constituem.

Art. 17º — O Conselho Diretor funcionará com a presença da metade mais um dos seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria, tendo o Presidente, além do seu voto, o de qualidade.

§ único — Qualquer membro do Conselho Diretor que faltar, sem justificação, a três (3) reuniões consecutivas, perderá o mandato, a juízo do Conselho Deliberativo.

Art. 18º — Os membros do Conselho Diretor serão eleitos para um mandato de 2 anos, podendo ser reconduzidos aos respectivos cargos apenas uma vez.

**SEÇÃO I — Do Presidente**

Art. 19º — O Presidente terá o mandato de 2 anos.

Art. 20 Compete ao Presidente, além do que o Conselho Deliberativo vier a fixar-lhe:

- a) representar a fundação ou promover-lhe a representação em juízo, ou fora dele;
- b) convocar e presidir as reuniões do Conselho Deliberativo e do Conselho Diretor;
- c) supervisionar os trabalhos da Fundação;
- d) apresentar ao Conselho Deliberativo em lista triplite os nomes para a escolha do Diretor Executivo;
- e) assinar convênios e contratos;
- f) encaminhar a execução dos planos de trabalho aprovados pelo Conselho Diretor;

g) autorizar a movimentação de fundos da entidade;

h) autorizar a transferência de dotações orçamentárias, de acordo com as normas fixadas pelo Conselho Diretor;

i) visar os cheques e autorizar despesas;

j) rubricar todos os livros e documentos;

l) apresentar anualmente ao Conselho Deliberativo o relatório das atividades do Conselho Diretor;

m) encaminhar à consideração do Conselho Curador e, posteriormente, ao Conselho Deliberativo, o balancete e quadro demonstrativo da receita e despesa.

Art. 21 O Presidente, em caso de impedimento, renúncia ou morte será substituído pelo vice-presidente.

Art. 22 — São condições de elegibilidade do presidente e vice-presidente:

- a) ser pessoa de reconhecida capacidade profissional, moral e intelectual, no setor de educação;
- b) ser portador de título universitário

## SEÇÃO II — Do Diretor Executivo

Art. 23 — São atribuições do Diretor Executivo:

- a) submeter ao Conselho Diretor os projetos dos trabalhos internos da Fundação;
- b) propor os programas de trabalho ao Conselho Diretor e executar os que forem aprovados;
- c) praticar ad referendum do Conselho Diretor os atos necessários ao funcionamento da Fundação, tais como organizar-lhe os serviços estritamente administrativos, admitir, promover, transferir, remover, elogiar, punir e dispensar empregados, conceder férias e licenças e atender as determinações e solicitações dos órgãos públicos encarregados da orientação do ensino;
- d) encaminhar ao Presidente, até 31 de janeiro de cada ano o relatório circunstanciado de suas atividades.

## SEÇÃO III — Do Secretário Geral

Art. 24 — Ao Secretário Geral compete:

- a) supervisionar os trabalhos da secretaria;
- b) redigir a correspondência oficial;
- c) responder pelo material da secretaria;
- d) fornecer dados para os relatórios anuais;
- e) redigir e ler as atas das sessões ordinárias e extraordinárias dos Conselhos Diretor e Deliberativo;
- f) expedir os avisos e convites;
- g) organizar o arquivo;
- h) fornecer, para efeito de eleição, os nomes dos eleitores.

Art. 25 — A Secretaria Geral órgão administrativo, auxiliar do Conselho Diretor, compreenderá:

- a) seção de pessoal;
- b) seção de contabilidade;
- c) seção de material;
- d) seção de relações públicas.

## SEÇÃO IV — Do Tesoureiro

Art. 26 — Compete ao Tesoureiro:

- a) recolher a um Estabelecimento bancário os doativos e subvenções, sendo vedado conservar em seu poder importância superior a Cr\$ 5.000,00;
- b) efetuar pagamentos quando autorizado pelo Presidente;
- c) esgotar os livros contábeis na forma da lei comercial;
- d) fornecer dados para o relatório do Presidente;
- e) assinar os cheques, contratos e quaisquer documentos que envolvam responsabilidade;
- f) organizar a tesouraria, informando a qualquer momento a sua situação financeira;
- g) controlar o orçamento aprovado;
- h) apresentar, mensalmente, ao Presidente, o balanço das contas, acompanhado de informação e de sumulas dos trabalhos realizados ou em cursos de realização;
- i) encaminhar ao Presidente, até o dia 31 de janeiro de cada ano, a prestação de contas e o relatório circunstanciado do movimento financeiro do exercício anterior;
- j) zelar pelo Patrimônio da Fundação;
- k) supervisionar e orientar a economia e as finanças apresentando planos à consideração do Conselho Diretor.

## SEÇÃO V — Dos Departamentos e suas divisões

Art. 27 — Constituem Departamentos de CEPLAR:

- a) Departamento de Educação Fundamental;
- b) Departamento Cultural;
- c) Departamento de Arte e Divulgação;
- d) Departamento de Documentação e Informação.

Art. 28 — O Departamento de Educação Fundamental constituído das Divisões de — Educação de Crianças — Educação de Adolescentes e Adultos — Núcleos Populares

e Métodos & Técnicas de Educação Popular, tem por fim:

- a) pesquisar, sistematizar e difundir métodos e técnicas de educação popular;
- b) formar pessoal habilitado a transmitir cursos de educação fundamental.

Art. 29 — O Departamento Cultural, constituído das Divisões de Cultura Brasileira e Pesquisas, tem por fim:

- a) pesquisar, estudar, interpretar e difundir os múltiplos aspectos da Cultura Brasileira;
- b) promover cursos de Cultura Brasileira.

Art. 30 — O Departamento de Arte e Divulgação, constituído das Divisões de Teatro — Rádio e Jornal & Publicações, tem por fim:

- a) organizar e difundir o Teatro Popular;
- b) efetuar programas educativos populares, nas emissoras existentes;
- c) difundir as variadas publicações da CEPLAR;
- d) divulgar as realizações da CEPLAR.

Art. 31 — O Departamento de Documentação e Informação, constituído das Divisões do mesmo nome, tem por fim:

- a) selecionar e arquivar trabalhos, artigos, entrevistas e qualquer documentação condizente com as finalidades da CEPLAR;
- b) prestar os esclarecimentos necessários aos demais órgãos da entidade;
- c) organizar a biblioteca da Fundação.

## TÍTULO III — Das eleições e da posse

## CAPÍTULO I — Das eleições

Art. 32 — As eleições para os membros dos Conselhos Diretor e Curador realizar-se-ão na 2ª quinzena do mês de março, em data marcada com antecedência de, no mínimo, quinze dias, pelo Presidente.

§ 1º — O Diretor Executivo, será escolhido pelo Conselho Deliberativo, dentre os nomes apresentados, em lista triplíce, pelo Presidente do Conselho Diretor.

§ 2º — Em caso de rejeição dos nomes apontados, o Presidente poderá apresentar nova lista, cabendo ao Conselho Deliberativo, a escolha definitiva, no caso de nova rejeição.

Art. 33º — As eleições dos membros dos Conselhos Diretor e Curador serão diretas e realizadas por escrutínio secreto, não sendo admitidos os votos por procuração.

Art. 34 — Não será permitido mais de um voto a qualquer membro da Fundação, mesmo que pertença a mais de um Conselho.

Art. 35 — Para as eleições de que trata o artigo anterior será conservado o critério da maioria simples.

Art. 36 — A chamada para a votação far-se-á pela lista de membros do Conselho Deliberativo, fornecida pela Secretaria Geral da Fundação.

Art. 37º — Proceder-se-á à eleição, em primeiro lugar, dos membros do Conselho Diretor, e, logo após a dos membros do Conselho Curador.

Art. 38º — O eleitor utilizará uma só cédula com o nome do candidato ou candidatos de sua preferência.

Art. 39º — O Presidente do ato, após a votação do último eleitor, procederá a nova chamada, finda a qual deverá encerrar as eleições.

Art. 40º — Terminada a votação, o Presidente do ato fará a apuração proclamando eleitos os mais votados, relativos os diversos cargos.

§ único — Em caso de empate, deverá ser feita nova eleição, sendo considerado vencedor, caso se verifique novo empate, o candidato mais jovem.

Art. 41º — Para efeito da reeleição, de que tratam os artigos 11 e 18 qualquer membro do Conselho Diretor ou Curador, deverá afastar-se, pelo menos 15 dias antes do ato das eleições.

Art. 42 — No caso de afastamento concomitante para efeito

de reeleição de todos os membros dos Conselhos Diretor e Curador, deverão assumir as respectivas presidências dois, dentre os mais velhos membros que compõem o Conselho Deliberativo.

Art. 43 — Os nomes dos candidatos aos diversos cargos dos Conselhos Diretor e Curador deverão ser apresentados em chapas registradas, na Secretaria Geral da Fundação, até 72 horas antes do ato das eleições.

## CAPÍTULO II — Da posse

Art. 440 — Os membros dos Conselhos Curador e Diretor serão empossados em sessão solene, oito dias após o resultado das eleições, assumindo imediatamente os trabalhos que lhe forem conferidos.

Art. 45 — Os eleitos ausentes ao ato da sessão serão empossados posteriormente perante os respectivos presidentes.

## TÍTULO IV — Do Patrimônio

### CAPÍTULO I — Da dotação especial

Art. 460 — O patrimônio instituído pela dotação especial de bens livres e do fundo inicial, na conformidade de instrumento público, é no valor de Cr\$ 5.000,00.

§ 10 — Os imóveis constitutivos do mencionado patrimônio inicial são inalienáveis, pelo que também não poderão ser objetivos de ônus real de garantia.

§ 20 — Verificar-se-á, porém, a sub, rogação judicial de bens referidos no presente artigo, toda vez que se tornar necessária a alienação de qualquer deles para aquisição de outros mais rendosos para a Fundação, ouvido o Ministério Público e expedido o alvará pelo Juiz competente.

### CAPÍTULO II — Dos rendimentos e das novas dotações

Art. 470 — Todas as doações e legados feitos à entidade no prazo de 3 anos a contar da data da instituição, sem encargos ou ônus, serão considerados dotações de bens livres, com personalidade própria e vida jurídica independente das pessoas a que pertencerem.

Art. 480 — Destinando-se a Fundação a fins de interesse da educação em geral, poderão fazer novas doações especiais em favor dela o poder público, a pessoa natural e a jurídica de direito privado.

Art. 490 — Serão rendimentos ordinários:

- a) os provenientes dos seus títulos de dívida pública;
- b) os fideicomissos em seu favor instituídos como fiduciária ou fideicomissária;
- c) o usufruto a ela conferido;
- d) as rendas em seu benefício constituídas por terceiros;
- e) as rendas próprias dos imóveis e serviços;
- f) as rendas resultantes de campanhas;
- g) as subvenções do poder público;
- h) os valores eventualmente recebidos.

## CAPÍTULO III — Do exercício funcional

Art. 50 — O ano funcional coincide com o ano civil.

Art. 51 — No fim de cada exercício proceder-se-á ao levantamento do inventário e do balanço geral, com observância das prescrições legais, de superavit líquido será deduzida a percentagem de 10 por cento para constituição de um Fundo de Reserva.

## TÍTULO V — Disposições gerais

Art. 52 — Para se poder alterar o presente Estatuto é mister:

- a) que a reforma seja deliberada por 2/3 dos membros

componentes do Conselho Deliberativo;

- b) que não contrarie o fim da Fundação;
- c) que seja aprovado pelo competente representante do Ministério Público.

Art. 53 — A presente Fundação extinguir-se-á:

- a) pela impossibilidade de se manter;
- b) pela inexecutabilidade de suas finalidades;
- c) por deliberação de 4/5, pelo menos, dos membros componentes do Conselho Deliberativo.

§ único — Extinta a Fundação, seus bens serão incorporados a outras funções que se proponham a fins iguais ou semelhantes e sediadas o mais próximo possível da região em que atuava aquela, mediante verificação promovida judicialmente pelo Ministério Público.

Art. 54 — A Fundação CEPLAR, além do presente Estatuto, possuirá um regimento interno, o qual deverá orientar o seu funcionamento.

Art. 55 — A Fundação CEPLAR terá ainda uma carta ideológica, votada pela maioria absoluta dos membros que compõem o Conselho Deliberativo, segundo a qual pautará as suas decisões, no sentido de atingir os seus reais objetivos.

Art. 56 — Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Deliberativo.

Art. 57 — O direito de tomar parte no Conselho Deliberativo, quando se tratar dos doadores a que se referem os artigos 50 e 60 letra C, do presente Estatuto, poderá ser transmitido pelo doador ao sucessor que designar, perpetuando-se a transmissão pela mesma forma, de sucessor a sucessor.

Art. 58 — São considerados membros fundadores da CEPLAR:

Pedro Moreno Gondim, José Rodrigues Lustosa, Maria das Dores Oliveira, Iveline Lucena Costa, Rozilda Cartaxo, Wilson Guedes Marinho, Maria do Socorro Diniz, Lígia das Mercês Macêdo, Maria Navarro Mesquita, Marion Navarro Mesquita, Maria das Neves Araújo Ronald Queiroz Fernandes, Padre Juarez Benício, Ma da Felicidade M. da Costa, Lialva de S. R. Lustosa, Manacés Gomes da Silva, Associação Paraibana de Imprensa, União Est. dos Est. da Paraíba, Artur S. C. Cantalice, União Pessoense de Estudantes Secundários, Federação dos Trabalhadores na Indústria na Paraíba, Arquidiocese da Paraíba e Maria Alda Bezerra.

## TÍTULO VI — Disposições transitórias

Art. 59 — A data das primeiras eleições após aprovação do presente Estatuto, será fixada oportunamente pelo atual Presidente da CEPLAR.

X X X

## Ótimo Local

As casas ns. 156, 162 e 163,

sitas à rua Visconde de Pelotas em João Pessoa, se acham à disposição para um contrato com a firma que procura local para construção de prédio no centro da capital.

Os interessados devem dirigir-se aos seguintes endereços: João Pessoa — Dr Ednaldo Soares — Rua Mateo Zaccara, 66 ou Praça João Pessoa, 101

Recife — Hermes Martins — Cais de Santa Rita, 382 ou Conde da Boa Vista, 1916

GOIANA — Frei Mariano Estima — Convento do Carmo, 60

tário

## ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

### Secção da Paraíba

EDITAL N. 23/63

Faço público para os efeitos do artigo 16 do Regulamento da Ordem dos Advogados do Brasil, que pediu inscrição no quadro de Solicitadores a acadêmica Maria Stela de Castro.

Qualquer impugnação deve ser apresentada dentro do prazo de cinco dias, a contar da publicação do presente edital.

Secretaria da Ordem, em 19 de abril de 1963 (ass.) Mário Antônio da Gama e Melo — 20. Secre-

D

— III

AT

O Govern  
Paraíba e  
Petições:

EXPE

De — M  
centi Trin  
querendo l  
o art. 163  
dias de li  
mentos, na  
ta do laud  
de 1.3.63.

De — M  
los. Profes  
rendo no  
cedo 90 di  
vencimento  
art. 163 d  
lei a vista  
partir de

De — M  
mos Mar  
xiliar nive  
mesmo se  
dias de li  
mentos, d  
163, do E.  
vista do E.  
partir de  
Reprodu

De — M  
al, Auxi  
io nivel  
ença par  
de. Conce  
com o sa  
28.2.63. n  
ta do laud

De —  
brega Me  
Ensino P  
requerend  
Concedo-3  
o salário,  
saúde, a  
forma da  
e paracer  
Reprodu

De — A  
Professora  
licença pa  
de. Conce  
com os  
do com o  
forma da  
e paracer

De — F  
Carvalho,  
"F5", rec

# I ENCONTRO DE PROFESSORES PRIMÁRIOS DA PARAÍBA

TEMA:

## PROBLEMAS ATUAIS DO ENSINO PRIMÁRIO NA PARAÍBA

### 1. A ESCOLA PRIMÁRIA E A EDUCAÇÃO:

Na atual estrutura educativa se situa a escola primária como fundamento básico de uma escala de valores ascendentes que, unificados, compõem o todo escolar.

A primeira formação que a ela compete dar, reveste-se de uma importância e de um valor quase sempre esquecidos por aqueles que a ministram. Almas e mentalidades informes lhe são confiadas e terá ela de moldá-las, de encaminhá-las para a vida rumo a sua destinação, sem violentar sua natureza nem atentar contra a dignidade de sua pessoa.

A escola primária em todas as épocas e, particularmente, no momento presente, possui uma responsabilidade essencial: formar para a vida em todas as suas dimensões - pessoal, social, cultural, profissional e espiritual. Inclui-se aí todo um conceito de educação que visa atingir o homem todo, desenvolvendo todos os atributos que caracterizam sua natureza. Educar não é apenas transmitir princípios e teorias. Não é apenas instruir. Vai muito mais além. Educar significa passar o homem de uma possibilidade a uma realização. É orientá-lo a desenvolver suas potencialidades de tal maneira que se transforme num meio de libertação do próprio homem, tanto no sentido pessoal como em relação aos fatores sociológicos que o oprimem.

Vivemos um momento histórico em que a educação é um dos fatores primordiais no processo de transformação social. O homem precisa assumir este momento a fim de satisfazer certas exigências básicas que aos poucos lhe estão sendo negadas, como sejam: alimentação, saúde, trabalho, habitação etc, além de se fazer presente na vida nacional. Para isso, torna-se indispensável

sável fornecer-lhe os meios que lhe permitam formar um juízo de valor sobre as coisas e o mundo, para que possa identificar de cada conhecimento a verdade ou a falsidade que encerra.<sup>0</sup> Compromisso de cada homem para com os seus semelhantes cresce, se aperfeiçoa, na medida em que ele se educa. E tanto mais esclarecida contribuição pderá dar e maiores benefícios receber, quanto mais educado ele for.

Nesse sentido cresce a responsabilidade da escola primária a quem compete solidificar os primeiros alicerces de cada geração formadora de um futuro que se prenuncia.

Implícitas estão tôdas estas considerações e conceitos no Decreto nº 245 de 16/9/50, quando regulamenta o Ensino PriMário do Estado da Paraíba.

Reza o Art. 1º das finalidades do Ensino Primário: .a) Proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao reconhecimento da vida nacional e regional e ao exercício das virtudes cívicas que a mantenham e engrandecam dentro do elevado espírito da fraternidade humana. b) elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família e na sociedade, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho; c) oferecer de modo especial às crianças de 7 a 12 anos as condições de equilibrada formação e desenvolvimento da personalidade.

Perguntaríamos agora: está a escola primária, atualmente, atendendo a sua finalidade específica? os alunos que concluem o período escolar primário estão aptos a se situarem na vida? e que dizer da cifra alarmante da evasão escolar e daqueles que nunca cruzaram os bancos de uma escola?

De uma breve constatação que dela façamos, notamos quão distante se encontra a escola primária das suas verdadeiras funções. Parte do descaso com que sempre cuidou o país, desde o período colonial, do problema da educação popular. Ainda hoje a nossa escola reflete o sistema de uma educação para uma minoria privilegiada, cujos conhecimentos e cuja formação era destinada a preparar os filhos dos senhores burgueses ao ingresso nas escolas superiores. Atualmente, quando a escola primária é a única considerada "obrigatória para todos", como reza o Art. 168, § I da Constituição Federal, quando a educação do povo é um imperativo social e humano, a escola atinge apenas 50% da população do Brasil. Veja-se o exemplo em nosso Estado, quando das 422.607 crianças em idade escolar, tão somente 136.006 gozam do privilégio da educação. Destas, conseguem atingir a 3ª série primária cerca de 55.200, chegando a concluir o 5º ano a cifra desoladora de, aproximadamente, 11.400 crianças.

As causas apontadas para explicação de tais pro

blenas, resumem-se no alheamento da escola primária aos anseios de uma sociedade em formação, que exige não mais uma escola de memorizações, de verbalismos e formação de ideais que não encontram eco nas aspirações atuais do nosso povo, mas uma escola de trabalho onde a vida real dela não se distancie, pelo contrário, seja o exemplo da vida que a criança vive lá fora, desde cedo.

Por força desses alheamento e da inadequação da escola primária às necessidades do momento histórico atual, é que a evasão escolar se explica. A grande maioria das crianças constitui a máquina produtora das famílias. Os trabalhos domésticos, da vida prática, o trabalho do campo, são a parcela mais viva dos interesses que norteiam o mundo em que a criança vive. A escola verbal, arcaica e intelectualista não conseguirá jamais deter estas crianças por não corresponder às exigências e interesses que a sua própria vida suscita.

Tôda essa ausência e inadequação da escola primária está ligada a uma série de fatores e deficiências que nos cabe analisar e estudar no sentido de tentarmos, num esforço conjunto, descobrir soluções mais consentâneas com as exigências e necessidades de uma geração que tem na escola a esperança de um futuro mais feliz.

## 2. PROBLEMAS AO DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA PRIMÁRIA NA PARAÍBA:

O que fundamenta a organização de um sistema de ensino, como de qualquer outra organização, é o complexo social reinante em cada época histórica, é a sua estrutura social.

Tôda administração está sujeita, implícita ou explicitamente, às injunções de uma estrutura, desde que ela reine. Assim é que, em educação a influência de tal conjuntura se faz sentir, apresentando-se como causa primeira das falhas, defeitos e abusos que por ventura nela existam. E não será esta ou aquela pessoa, que fará desabar tôda uma série de implicações sócio-econômicas e políticas, todo um sistema solidificado, com raízes profundas que lhes servem de sustento. Far-se-ia necessário uma mudança total dos problemas de base, uma mudança desses "statu quo" vigente, de maneira que a educação pudesse operar sozinha, independente das pressões que veem de fora.

Nessa perspectiva situa-se a Secretaria de Educação e seus órgãos anexas, sofrendo a influência desse complexo social que atua, direta ou indiretamente, pressionando as suas realizações, interferindo em problemas que só a ela são afetos. Reconhecemos, entretanto, que ao lado de tais problemas muito pode a Secretaria e Departamento de Educação realizarem pela melhoria da nossa escola primária. Constatemos de per si os erros e defeitos existen

tes, ligados diretamente aos órgãos dirigentes da educação, que constituem meios de entrave à realização de uma política educacional que atenda, realmente, aos seus verdadeiros objetivos.

#### A ) CENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:

Problema básico em educação no nosso Estado, na parte referente à administração, é a centralização administrativa que coloca em um número reduzido de órgãos e pessoas toda a responsabilidade diante do complexo e da variedade de seções em que se divide a organização do sistema escolar. É evidente a impossibilidade de um trabalho eficiente e rendoso, quando numa extensão de problemas dada a quantidade de regiões escolares no Estado, se concentra assim sua administração.

Numa análise das funções e objetivos dos órgãos centrais da educação, pode-se constatar que a centralização administrativa existente, decorre da falta de cumprimento exato das atribuições de cada órgão, como se pode constatar.

Assim deveria funcionar: A Secretaria de Educação e Cultura compete coordenar dentro de um planejamento, as atividades gerais da educação e cultura, além das atribuições específicas do Secretário. Ao Departamento de Educação, compete cuidar dos problemas referentes ao ensino de um modo geral, através das diversas divisões e setores ali existentes, abrangendo toda a organização, como seja: a administração propriamente dita, a supervisão a orientação dos trabalhos de toda a rede escolar. Cada um desses setores teriam, para seu auxílio, diversas divisões funcionando sob seu controle, intimamente em coordenação com a Secretaria de Educação. Os casos de nomeação, por sua vez, seriam pleiteados pelo Departamento de Educação e Secretaria junto ao Departamento do Serviço Público D.S.P. que, informado das possibilidades financeiras do Estado e das vagas existentes na carreira de professor, levaria à Secretaria de Educação os atos de nomeação que, em seguida, teriam a anuência do Governador. Haveria assim uma divisão de trabalhos racionalizada, funcionando descentralizadamente como um todo único, sem perda de esforços e maior eficiência.

Infelizmente, esse complexo administrativo não vem assim funcionando. Os fatores acima citados, a ausência de pessoal qualificado e de verbas necessárias ao seu efetivo funcionamento, têm sido obstáculos a sua concretização. Daí decorre:

a) Ausência de um planejamento que coordene as atividades dos órgãos que lhe são afetos;

b) Paralisação dos órgãos existentes a falta de pessoal capacitado que os faça dinamizar, verba e material indispen

sáveis ao seu funcionamento;

c) Ausência de um critério seletivo para nomeação, admissão e transferência de professor, valendo salientar que, ultimamente, esforços têm sido enviados neste sentido;

d) Ausência de cursos periódicos de aperfeiçoamento do magistério da capital e zona rural;

e) Carece da existência de um órgão supervisor das atividades docentes, que atue diretamente junto às escolas do Estado para maior assistência e conhecimento vivo dos problemas de toda ordem que contribuem para a diminuição do rendimento escolar.

## b) A POLÍTICA E A EDUCAÇÃO:

Parte desses problemas apresentados, deve-se à interferência, geralmente perniciosa, da política nos negócios da educação. É lamentável e por vezes vergonhoso afirmar que a educação na Paraíba jamais poderá atingir seus reais objetivos, dentro de um método de ação próprio, enquanto a política de bastidores funcionar como meio pressionante daquilo que não lhe diz respeito. Consta-te-se o interesse político nas nomeações, remoções e demissões de professores. Por conta disso, escolas existem com excesso de pessoal docente, enquanto outras carecem dele. Constate-se o apadrianhamento e interferências quando da realização de concursos para professores, onde se procura medir a real capacidade do professor, visando a elevação do ensino na Paraíba.

Não é demais afirmar dos malefícios que trás a política partidária ao funcionamento metódico e criterioso da educação, quando, por seu pressionamento se veem desviados os caminhos dos verdadeiros valores que se visa atingir. Uma nação, um Estado, um Município terá tanto mais valor quanto mais aperfeiçoada for a sua política educacional. Política que se define pela elevação de valores, segurança e honestidade de meios. Política educacional que encontre na educação a sua razão e o seu âmbito. Jamais interferências outras, de quaisquer ordens, que lhe venha tingir com outras cores e limpidez de suas intenções. Quando a Paraíba assim puder falar, poderá consagrar sua vitória.

## c) A RÊDE ESCOLAR PRIMÁRIA:

Ao visitarmos o interior do Estado, uma situação calamitosa se nos afigura: Os Grupos Escolares em número de 137 em sua maioria encontram-se abandonados, em estado precário, a exigir urgentes reparos. Ocorre, entretanto, que 60% desses grupos foram construídos mediante convênio entre o Estado, o Município e o

INEP, cabendo a cada um, obrigações, tais como;

Ao Ministério de Educação e Cultura, através do INEP a construção; ao Estado, através da Secretaria de Educação, a manutenção do pessoal docente e administrativo; aos Municípios a conservação e concertos decorrentes do natural desgaste da obra ao longo do tempo. Acontece porém que os Municípios se desobrigam de tal responsabilidade. A política interfere e as escolas caem, em prejuízo de .... 400,600, 1000 crianças que ali recebiam as luzes do saber. Não há exigências. Não há honestidade. Esquece-se que a causa é do povo e da massa analfabeta que está acima de quaisquer interesses pessoais.

Os 40% restantes, estão sob a responsabilidade do Estado, sendo destinada, segundo informação do Conselho Estadual de Desenvolvimento, apenas 1% das verbas da educação para conserto e conservação dos mesmos.

É notório, mediante quantia irritória, a impossibilidade de Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura suprir as deficiências de escolas que está a exigir a população escolarizável quando sequer possui verbas destinadas ao reparo das existentes.

Para cobrir o deficit escolar que avulta a 286.595 crianças em todo o Estado, faz-se necessária a criação de 3.611 unidades escolares, o que corresponde a um total de 7.165 professores. É o nosso Estado subdesenvolvido, e como tal, vive em crise de toda ordem. Sabemos que a renda não é suficiente para cobrir as despesas que se avultam, mas sabemos também que mais da metade da população não tem escolas, sabemos que este povo não pode esperar muito tempo de estômago vazio e mente enferrujada. A educação é problema prioritário em nosso Estado. Sem educação não há desenvolvimento. É imperiosa a necessidade de se voltarem os poderes competentes com mais ardor ao problema da educação primária, fornecendo-lhe meios para a realização efetiva de uma política educacional que atenda aos apêlos de um povo que vê na educação das massas e, principalmente, da nova geração, um trampolim na luta contra o subdesenvolvimento.

A rede escolar pública, além de insuficiente, é mal distribuída. Há um congestionamento de escolas em certas áreas em detrimento de outras cuja estatística populacional de crianças em idade escolar superior àquelas onde há escolas com capacidade superior aos alunos existentes. Esse fato decorre da falta de um estudo prévio em que se constata, através de órgão competente, a real necessidade de criação de escolas.

#### d) O PROFESSOR E O ENSINO:

Fator que se deve considerar como problema de en

trave à qualificação do ensino é o professor. De nada adiantam prédios suntuosos e devidamente ~~tapados~~, possuidores de condições excelentes para o desenvolvimento do ensino se cuidados paralelos não forem dispensados à qualificação do professor. Em nosso Estado, a grande maioria do corpo docente primário é composto de professores leigos, muitos dos quais não possuem sequer o curso primário completo. Ao lado disso considere-se a ausência de meios que possibilitem um progressivo aperfeiçoamento desse mesmo pessoal, o reduzido número de orientadores e a ausência do espírito missionário que a profissão requer, decorrente da ausência de um critério seletivo, em que se condunem capacidade e vocação para o exercício de magistério. A escola primária possui um fim em si mesma: formar os alunos, orientando-o na visão dos elevados valores para o ambiente em que vive, integrando-o na comunidade e oferecendo-lhe meios para a sua afirmação e do seu meio.

Dai a necessidade de o professor possuir uma visão larga, capaz de adaptar os conhecimentos meramente didáticos à realidade viva do aluno em relação ao seu ambiente. Acontece, todavia, que o ensino tem-se reduzido única e exclusivamente ao domínio do programa, quando isso se realiza. E mais alarmante se torna, dado o número elevado de professores não qualificados para a realização de tal ensino. Aliado a este problema, verifique-se o alheamento quase total do professor ao meio em que vive, dos seus problemas e aspirações, dispensando-se de uma liderança de que seria capaz, no sentido de promoção da comunidade. Fica assim a escola funcionando isolada, desintegrada da comunidade, como um departamento estanque da vida social, quando deveria traduzir a vivência tanto quanto real dos seus problemas.

Deduz-se disso tudo o grau de desvalorização a que tem sido relegado o professor primário quando lhe falta o mínimo de assistência pedagógica, ~~social e financeira~~ e financeira para um trabalho que exige estímulo e apoio. Classe desprestigiada no conceito público valorizar-se-á a medida que, ao lado de uma assistência efetiva por parte dos poderes competentes, existirá, por parte do próprio professor um esforço constante no sentido de aprimoramento de suas qualidades para a verdadeira realização dos objetivos a que a escola primária se propõe.

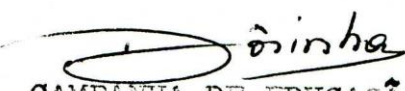
Problema que pesa quanto ao desprendimento do professor pela causa do ensino é o reduzido salário que lhe é oferecido. Lembre-se de passagem que é o professor primário o baluarte na formação das novas gerações. Missão árdua e espinhosa, que exige o máximo de si mesmo, não se mede em dados quantitativos nem em somas monetárias, todavia, o salário que percebe atualmente o professor primário na Paraíba, não é o bastante sequer para satisfazer o míni

mo necessário a uma situação humana. Que se envide esforços no senti-  
do de que seja dado ao professor primário a posição que merece, da  
da a grandeza de um trabalho que não tem preço.

A classe de professor primário será uma força, se  
unidos, lutarmos em vistas ao mesmo ideal. Luta que se caracteri-  
zará pelo trabalho construtivo, pelas críticas que conduzam à reali-  
zação de algo positivo, pela atuação eficiente e constante junto à  
queles que diretamente, são responsáveis pelos destinos da educação.

A situação histórica que atravessamos está a exi-  
gir uma inserção no social, diria mesmo uma encarnação. Encarnação  
que não pode ser apenas um cumprir bem nossos deveres de estado, ou  
seja, o exercício honesto da profissão, mas, deve estar sempre pre-  
sente uma ação missionária que se caracteriza sobretudo, como di-  
zia uma educadora paulista, que se caracteriza pelo AMOR. Apenas  
duas profissões, pelo próprio caráter de suas finalidades, exigem,  
no seu exercício, essa autenticidade: o médico e o professor.

Que saíamos deste encontro com o desejo bem vivo  
de fazer algo em benefício da educação, procurando aproveitar os  
erros as falhas existentes para uma construção maior, desde que se /  
tenha a unidade de ideal, a segurança de princípios e a vontade de  
acertar.

  
Pela CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR (CEPLAR)  
Em 18 de julho de 1962

# CAMPANHA DE EDUCAÇÃO POPULAR

## PESQUISA VOCABULAR

BAIRROS: ILHA DO BISPO, VARADOURO e TÔRRE - 9 *Passa*

GRUPO DE DOMÉSTICAS

### FRASES

dormir tranquila

criar galinhas

ir à feira

trabalhar em barraca

casinha própria

ter o pão certo

reclamar o preço

matar a fome

quartinhos apertados

o que pega na rede é peixe

Nota: Têm vontade de ler folhetos

acham que Deus não olha para os pobres  
ter sossêgo da vida

alcançar uma vida melhor

a gente anda para frente

só quero negócio com quem tá vivo

limpar mato

a luta é demais

eu lavo à força prá não morrer de fome

trouxa de roupa

passar a ferro a roupa

trabalho em casa

arrumando direito

trabalho o dia todo

trabalho na hora que tem trabalho para fazer

dia de mais luta é quarta e sábado

começo de 7, largo de 5

gosto de trabalhar mas queria ganhar dinheiro

queria uma vida mais elevada

devido às lutas não consegui aprender

boto água com lata

carrego lenha na cabeça

ganhasse um dinheiro certo e não sacrificado

casa dos outros é muito chato

começo a comentar as coisas caras da feira e começo a rir  
more num quartinho

meu sentimento maior é porque eu trabalhava na fábrica, o homem chama  
va a gente e dizia: quem souber assinar venha, quem não souber, vá ma  
lar o dedo e eu me encabulei.

o trabalho é direto, ninguém pára não  
eu rão quando o povo vai votar e eu não vou. Só falto chorar  
eu aprendo moda, samba, por que eu não aprendo a ler?

Deus é grande

nota: querem ler folheto, revista, capricho  
é o jeito

êsse povo é assim

casa dos outros

meio do mundo

levar o povo don os pés

preocupara com um só trabalho

topo todo serviço

viver independente

trabalho aborrecido

dia santo folgado

não gosto de trabalhar dia santo direto

reparar a comida

Deus me livre

se Deus quizer

gosto de agrader

dinheiro acrescentado

faço minha cozinha

tomar conta de doente

ninha filha

louca de vontade

trabalho grosseiro

pessoas ricas

botar sentido à comida

cheia de vida

ter modo

gosto de costurar roupa

no mundo tudo há

ter fé

eu pego na palavra

o rico quanto mais tem mais quer

nunca enche

espia prá aq

tão boazinha ela que é uma coisa de mais  
quero saber votar  
quero uma casa para morar  
esperança de melhor futuro  
quero ser inde endente  
quero saber ler para ler carta  
ninguem saber os segredos  
a gente vive muito rebolada  
melhorar de situação  
pois bem  
o tempo do cativoiro já passou  
segredo das cartas  
a coisa mais horrivel  
aprender a ler para não ser tão burra  
já derramei lágrimas  
cisme dos pões  
emprego mais decente  
rebôlo de barro  
ainda por Deus que se fez isso  
quer dizer  
é sin senhora  
gente rico  
pego nas palavras que êle diz  
enganar o povo  
quem tem fé em Deus catimbó não entra  
trabalho pela noite, das 7 às 9  
eu gosto muito do trabalho, acho bem  
do mesmo jeito  
trabalho calada  
procuro me divertir  
no serviço, faz 8 anos que trabalho  
sem férias todo o ano  
de cinema não gosto, nunca vou  
do bairro gosto, nasci e casei aqui  
tenho muitos amigos com as pessoas  
não tem ho amigos porque não gosto  
trabalho de manhã, minha amiga é essa  
tenho 4 filhos mas ando pelo mundo  
tenho log três  
more só  
sete irmãos  
eu não acredito em nada. Só vou de 8 em 8 dias à Igreja

sou crente  
 quero estudar porque é bom, porque quero  
 só pode ser bom  
 tenho vontade de ler uma carta  
 as vês quer mandar fazer e fica só olhando  
 sabendo ler arranja um emprego melhor  
 quer fazer uma viagem  
 conhece os números das casas, ruas  
 quando era menina não queria estudar  
 nunca fui, no interior não tem  
 a escola era a enxada  
 vou ajudar a professora  
 eu trabalho na prefeitura, mecânico  
 eu pego de 7, largo de 11, pego de 1 e largo de 6  
 pego de 7 às 11  
 o negócio é trabalhar não acho ruim não  
 em cima de caninhão ajudante, atêrro, barro, lido com automóvel  
 bom é conversar  
 vício que tenho é fumar  
 rádio gosto pouco, mais gosto  
 só gosto de filme de confusão, né  
 eu de amor  
 as vês não faço por falta de tempo  
 as vês enrolo à noite, né  
 é bom, né  
 nasci aqui trabalho e tudo  
 gosto de brincadeira  
 tenho irmão, essa de criação, um no Rio e em Sapé  
 Deus me livre  
 eu não tenho nada  
 todos os irmãos trabalham  
 venho estudar porque quando era pequeno não pensava nisso mas agora é  
 estudar mesmo  
 não podia, não deu tempo  
 acho é o seguinte é bom que a pessoa g. renda  
 essa maneira é melhor  
 falta não  
 eu não sei  
 eu não tenho dúvida, nenhuma, não senhora  
 não tem quem aguentasse dormir  
 estuda é gente de noite lá  
 quando a gente fiver disarxada...

só tem uma sede de dança  
 nem de assistir eu gosto  
 dá confusão e não gosto desse negócio  
 o assunto de Nêga é êsse, não trabalho, não é Nêga?  
 casou ela, criou ela, a luta dela é dentro de casa mesmo  
 nota tudo perto, né. a gente se conhece  
 botaram nome de homem, só tinha a gente mesmo aqui perto e aquela mu-  
 nuicé que saiu

êsse pessoal criado no mato, né...  
 é trabalhadeira, carrega cada sacão enorme  
 era remediado, Fui prá lá botado por mãe  
 a gente vai aborrecendo nas casas das pessoas grandes  
 o pessoal era bom, mas às vezes a gente vê o povo com muito dinheiro  
 no bolso...

êsse negócio não dá prá mim  
 batí tudo não achei um serviço  
 ia entrar na prefeitura mas o ganho é muito pouco  
 não me "astrevo"

nunca fui na escola  
 meu chefe andou especulando quem sabia escrever o nome  
 se reunem prá botar um "papin" (papinho) depois do jantar  
 mau cheiro da Portela aborrece os pessoal da Ilha  
 tenho força de vontade de pelos menos assinar o nome  
 os pais não podiam botar prá estudar  
 nós "acredita" no encantado (fantasma)  
 criança passa fome pois o leite que vem prá o lactário é pouco  
 se prendesse a ler soltava 1 dúzia de foguetão

#### PALAVRAS:

|        |        |        |
|--------|--------|--------|
| pote   | vafé   | tôlo   |
| pia    | bule   | livre  |
| prato  | ponche | raro   |
| pires  | fumo   | rezar  |
| garfo  | facão  | ganhar |
| fogão  | porta  | viver  |
| fôgo   | sujo   | descer |
| feira  | jardim | deixar |
| colher | lavar  | gastar |
| faca   | ferro  | mulher |
| sabão  | casa   | corte  |
| água   | provar | paio   |
| mólho  | morar  | festa  |

|              |                   |              |
|--------------|-------------------|--------------|
| carne        | calor             | ateu         |
| quentro      | quanto            | pano         |
| couve        | norno             | caldo        |
| fubá         | linpo             | pronto       |
| patrão       | papel             | patrão       |
| dono         | saco              | rêde         |
| doutor       | sôpa              | arroz        |
| ovos         | ralo              | feijão       |
| fôrno        | massa             | luta         |
| bife         | bucha             | vida         |
| lombo        | carvão            | pode         |
| cêra         | banha             | carão        |
| balcão       | pôrco             | filhos       |
| bujão        | cama              | venda        |
| caixa        | lençol            | gona         |
| filtro       | colchão           | patroa       |
| quintal      | roupa             | feira        |
| lixo         | perú              | bacia        |
| dôce         | frango            | sabão        |
| mesa         | galo              | água         |
| jantar       | gato              | nãos         |
| cêra         | pão               | café         |
| enceradeira  | prato             | espanador    |
| colher       | caçarola          |              |
| pibi-gás     | eixo              | geladeira    |
| nato         | pó                | sal          |
| ordenado     | neninos           | tamborete    |
| lavagem      | gaurada-napo      | vendagem     |
| lobrenesa    | engonado          | ceia         |
| folhete      | panela de pressão | galinha      |
| frigideira   | cozinheira        | remachar     |
| cacete       | liberdade         | vassoura     |
| frio         | estôpa            | chão         |
| vinagre      | cabidela          | lavandeira   |
| travesseiro  | engonadeira       | arrunadeira  |
| abusada      | relaxado          | vagarosa     |
| panela       | arrunação         | peneira      |
| benefício    | xícara            | desabafar    |
| sapóleo      | caderneta         | quiabo       |
| rano de nato | alface            | empregada    |
| coninho      | ocupação          | açúcar       |
| acostuma     | farinha           | trabalhadora |

madrinha  
 atrapalhada  
 vassoura  
 religião  
 garrafa  
 cozinhando  
 laranja  
 toalha  
 cadeira  
 cachimbo  
 janela  
 espelho  
 horrível  
 cansaço  
 criação  
 dinheiro  
 colega  
 fervura  
 passear  
 toucinho  
 olhado  
 noinho  
 futuro  
 forçado  
 comadre  
 sossego  
 comida  
 adoro  
 aprender

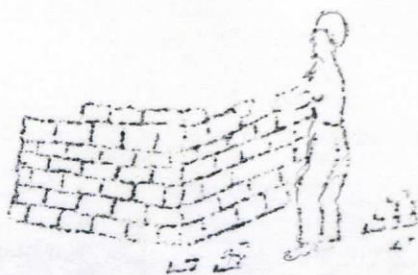
obrigação  
 chuveiro  
 namorado  
 dispensa  
 doméstica  
 poeira  
 catimbo  
 salário  
 alnoço  
 caldeirão  
 cozinha  
 sebosa  
 esforço  
 maltratar  
 engomar  
 costurar  
 serviço  
 medrosa  
 limpeza  
 religião  
 peneira  
 menino  
 copo<sup>ta</sup>  
 profissão  
 mercado  
 pimenta  
 besteira  
 carreira  
 sítio

torneira  
 descansado  
 fósforo  
 empalahr-se  
 quartinha  
 chá  
 salada  
 merenda  
 facada  
 peixeira  
 descanso  
 palito  
 patrão  
 sossego  
 fábrica  
 trabalho  
 pessoal  
 fervendo  
 passeio  
 avental  
 esmola  
 tomate  
 verdura  
 cachorro  
 batata  
 folgada  
 pesadelo  
 nervosa  
 fome

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-



O trabalho



O trabalho surgiu com o primeiro homem. Trabalhando o homem satisfaz suas necessidades vitais.

O trabalho é um instrumento de progresso e de comunicação entre os homens.

Um homem não pode fazer todos os trabalhos e por isso um sempre precisa do outro. Os homens reunidos constroem o mundo.

### Exercício:

|                                                                                     |                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----------------|
|  | Eu trabalho     |
|  | Nós trabalhamos |

~~Assinatura~~ ?

## A jornada de trabalho

A duração normal do trabalho para os empregados em qualquer atividade, não deve passar de oito horas diárias. Entre duas jornadas de trabalho há um período de descanso.

### Exercícios:

1 - Escreva uma frase com o trabalho:

.....

2 - Diga um direito do trabalhador

.....

3 - Complete:

a) O trabalho é .....

b) O povo ..... é forte

O TRABALHO É OBRIGAÇÃO SOCIAL

Eu trabalho



Tu trabalhas



Ele trabalha



Nós trabalhamos

Vós trabalhais



Eles trabalham

### Aritmética:

1 - Ponha sôbre os pontinhos os nomes dêstos números:

1

2

3

4

5

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6

7

8

9

10

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

2- O ano tem \_\_\_\_\_ meses

O mês tem \_\_\_\_\_ semanas

A semana tem \_\_\_\_\_ dias

O homem do Nordeste  
se chama nordestino.

Paraíba é um Estado  
do Nordeste.

O paraibano é . . . um  
nordestino.

O Nordeste tem nove Estados: vai do  
Maranhão até a Bahia.

O homem nordestino é um lutador.

Ele ajudou o desenvolvimento do sul.

Agora espera apoio para o desenvol-  
vimento da sua região.



#### Exercícios:

I - Passe para o feminino as seguintes sen-  
tenças:

- O menino estuda

---

- Este homem é nordestino

---

- Aquêlê senhor é trabalhador

---